

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Taina Aparecida Silva Santos

**Nem sempre escravas: trabalhadoras negras em Campinas e região (1876 - 1882)**

**Campinas**

**2021**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Taina Aparecida Silva Santos

**Nem sempre escravas: trabalhadoras negras em Campinas e região (século XIX)**

Monografia apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, resultado do trabalho de conclusão da disciplina HH902J- Monografia de Bacharelado II.

Área: História.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lucilene Reginaldo.

**Campinas**

**2021**

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Si38n Silvia Santos, Taina Aparecida, 1994-  
Nem sempre escravas : trabalhadoras negras em Campinas e região  
(1876-1882) / Taina Aparecida da Silva Santos. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Lucilene Reginaldo.  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de  
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Mulheres negras - Campinas, SP. 2. Trabalhadores. 3. Mercado de trabalho.  
I. Reginaldo, Lucilene, 1967-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações adicionais, complementares

**Título em outro idioma:** Not always slaves: black women workers in Campinas (1876-1882)

**Palavras-chave em inglês:**

Black women - Campinas, SP

Workers

Labor market

**Titulação:** Bacharel em História

**Banca examinadora:**

Aldair Carlos Rodrigues

Ana Flávia Magalhães Pinto

**Data de entrega do trabalho definitivo:** 22-07-2021

**Banca examinadora:**

Profª Drª Lucilene Reginaldo - Orientadora  
Universidade Estadual de Campinas

Profª Drº Aldair Rodrigues  
Universidade Estadual de Campinas

Profª Drª Ana Flávia Magalhães Pinto  
Universidade de Brasília

## **Agradecimentos**

Ingressar em uma universidade, por si só, já foi uma grande conquista de minha mãe, Solange Maria da Silva. Sendo assim, antes de qualquer ato de gentileza, devo um agradecimento a essa mulher por se importar com a minha vida e por sua perseverança. Dedico este trabalho a ela. Natural das roças de Minas Gerais, migrou de Barbacena para a cidade de São Paulo quando jovem com o objetivo de ganhar a vida. Como outras milhares de mulheres anônimas, ela se somou às fileiras daquelas que, além de construir a cidade com sua força de trabalho, dedicaram as suas atividades profissionais aos serviços domésticos dos lares brancos. Entre os seus propósitos e os dias árduos de seu ofício, Solange sonhava em ser professora. Entretanto, as condições adversas de uma sociedade baseada em sistemas excludentes e racistas acabou impondo à família de duas contra o mundo uma escolha difícil: apenas uma de nós poderia frequentar a escola. Assim como acontecia em outros lares, a saída mais inteligente foi investir na formação da filha para que, a longo prazo, a hereditariedade do trabalho doméstico fosse rompida. E assim foi.

Devido a todas as experiências de luta que habitam nossas trajetórias, cheguei ao fim da graduação com fé na vida, pois, acredito que o maior ensinamento de todas essas situações foi não desistir da esperança. Peguei o diploma e o rumo de um caminho repleto de desafios e novidades. Entre elas está o fato de continuar estudando, pois, felizmente, ingressei no mestrado em História. Momento em que tenho a oportunidade de me alimentar e me inspirar na coragem de uma das estudantes de Pedagogia mais dedicadas que conheço: a minha mãe que, como eu, outras e outros do nosso povo, contraria as estatísticas aos cinquenta e oito anos.

Além do encerramento de uma graduação, o desenvolvimento deste trabalho se deu durante o fechamento de um ciclo importante da minha juventude que marcou esta escrita, a minha vida, a de minhas e meus colegas, assim como a dinâmica de muitos espaços pelos quais eu circulei. A articulação com movimentos sociais negros, em especial com o movimento de mulheres negras, além de ter forjado a pessoa que sou hoje, me educou para a transgressão com ensinamentos que não pude obter em qualquer escola, muito menos nas disciplinas que cursei na faculdade. Sendo assim, agradeço, às mais velhas e mais velhos que dedicaram suas vidas às lutas do povo negro. Às companheiras e companheiros quilombistas do Núcleo de Consciência Negra da Unicamp ao lado dos quais fui honrada com a responsabilidade de prosseguir com lutas anteriores às nossas existências e, juntos, seguimos,

também com a Frente Pró-Cotas, rumo a conquista das cotas raciais no sistemas de ingresso dos cursos de graduação e pós-graduação de uma das universidades mais elitistas do Brasil. Saudações ao povo de guerra que nos acompanhou nesse processo, em especial, ao movimento negro da cidade de Campinas que, há décadas, vem combatendo o ódio de raça em uma das últimas regiões do continente americano em que se aboliu a escravidão.

Se chego até aqui, estou acompanhada pelos afetos e das minhas amigas e amigos, que se tornaram uma família. Pessoas com as quais morei, compartilhei dores, alegrias, inseguranças, batalhas, amores, tempos bons e difíceis. Algumas delas são Mariléa Almeida, Terra Johari, Anselma Sales, Letícia Pavarina, Ayana Kissy Medeiros, Vanessa Juliana da Silva. Na minha saga de filha única, acabei ganhando dois irmãos especiais aos quais também agradeço o carinho e cuidado. Eles são Igor Duarte e Fellipe Bruno da Silva Oliveira.

Também devo agradecimentos às professoras e professores que me deparei em todos os níveis educacionais pelos quais passei. Principalmente, aos bons profissionais e ótimas pessoas por me inspirarem e despertarem sentimentos agradáveis em relação ao ofício de ensinar e desaprender. Gostaria de registrar aqui a minha felicidade de ter sido aluna de Lisa Earl Castilho, Aldair Rodrigues, Mário Augusto Medeiros, Ana Flávia Magalhães Pinto, como também, de Laura Fraccaro: a minha professora dos arquivos, das leituras de manuscritos e das histórias de Campinas no século XIX. Sem a ajuda de Aline Assencio, o trabalho no Centro de Memória da Unicamp teria sido mais difícil. Obrigada!

Ter sido orientada por Lucilene Reginaldo foi um presente. Não apenas pelo seu profissionalismo, seriedade e rigor com o fazer historiográfico, mas, principalmente, pela sua abertura para os mais diversos desafios, dentro e fora dos arquivos, em relação às experiências de luta do passado e do tempo presente. Além de uma interlocutora importante que tem me acompanhado desde o segundo ano da graduação, tenho muito orgulho de ter sido acompanhada por uma mulher acolhedora e gentil que, sem dúvidas, se tornou uma referência para mim como para as alunas e alunos que passaram pelas suas turmas. Principalmente, para aquelas e aqueles de pele escura e que dificilmente se veem ou se sentem compreendidos pelo quadro docente da Unicamp.

Agradeço ao CNPQ pelo financiamento das pesquisas que desenvolvi ao longo de quatro anos e que resultaram neste trabalho de monografia. Os tempos atuais são tenebrosos, mas não descansaremos na defesa da ampliação de políticas de fomento à pesquisa que acabam cobrindo uma demanda histórica de aumento da destinação de recursos à permanência

estudantil. Medidas mais que necessárias para democratização das universidades públicas brasileiras.

Por fim, saúdo e reafirmo o meu respeito com a minha ancestralidade. Não sei o que seria de mim sem Exu, Oyá, Oxóssi, Oxum e a Doné Eleonora Aparecida Alves: a minha outra mãe que me proporcionou o renascimento para uma nova vida.

*Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão da nossa transição de objeto para sujeitos.*

*Erguer a voz, bell hooks, 1989.*

## Resumo

Nesta monografia, eu enfoco os aspectos da vida de trabalhadoras negras livres e libertas em Campinas e região entre os anos 1876 e 1882, a partir da análise de uma fonte inédita nos estudos sobre trabalho e trabalhadores, o livro de Matrícula dos Enfermos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. A casa de saúde aberta no ano de 1876 tinha como principal objetivo o atendimento da população pobre da região. Sendo assim, a instituição reuniu um conjunto de informações importantes sobre as trabalhadoras e os trabalhadores que procuraram o ambulatório para solucionar problemas de saúde. Com base na sistematização, organização e análise desses registros em um banco de dados foi realizado um levantamento de informações que possibilitou a reconstituição do perfil das mulheres trabalhadoras e o reconhecimento das profissões que elas exerceram naquele período. De forma que, essas informações possibilitaram inferir questões sobre a experiência de vida dessas mulheres, a constituição do mercado de trabalho livre e urbano. Além disso, foram estabelecidas comparações utilizando o quesito *cor*, recurso que permitiu a identificação de tendências raciais em determinadas ocupações urbanas, como para a profissão de lavadeira. Os resultados da pesquisa também possibilitaram a realização de algumas considerações acerca dos estudos sobre as trabalhadoras negras na historiografia brasileira.

**palavras-chave:** trabalhadoras livres, libertas, mulheres negras.

## **Abstract**

In this monograph, I focus on the life aspects of free and freed black women workers residents at Campinas and region between the years 1876-1882, stem from the study of the patient registration book of the Santa Casa de Misericórdia de Campinas Hospital. The institution opened in 1876 had as its main objective to attend to the poor population. Therefore, the hospital has collected an important range of information about workers who sought the outpatient clinic to solve health problems. Based on the systematization, organization and analysis of these records, a survey of information was carried out to reconstitute the profile of the women workers and recognize the professions they engaged in during this period. So, this information allowed me to infer questions about the life experiences of these women and the constitution of the urban free labour market. In addition, it was possible to identify racial trends in certain professions, like the washerwomen. The research results made it possible to observe some points about the studies that focus on women of color workers in Brazilian historiography.

**key words:** freed worker women, freed women, black women.

## Lista de tabelas

Tabela 1 - Incidência das profissões entre as mulheres não escravizadas nos registros da Santa Casa de Misericórdia de Campinas (1876-1882).....	p.52,53
Tabela 2 - Profissões e cor de mulheres não escravizadas nos registros da Santa Casa de Misericórdia de Campinas (1876-1882).....	p. 53,54
Tabela 3 - População africana enferma por gênero e condição social.....	p. 57
Tabela 4 - Profissões de mulheres africanas não escravizadas de condição social não especificada.....	p.58

## **Lista de siglas**

CMU - Centro de Memória Unicamp

IMC - Irmandade de Misericórdia de Campinas

## Lista de Imagens

- Imagem 1. Vendedora de Frutas. Rio de Janeiro, 1869. Arquivo Brasileira Fotográfica.....p. 27
- Imagem 2 - Anúncio de trabalho - Gazeta de Campinas, 12 de Março de 1887. Centro de Memória da Unicamp - CMU.....p. 34
- Imagem 3. Henschel, Alberto. Cafusa. Recife, 1869. Acervo Brasileira Fotográfica..... p. 41

## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>p. 13</b>
<b>Capítulo I - Mulheres negras na História: horizontes e desafios teórico-metodológicos</b>	
.....	<b>p. 16</b>
1.1. Notas sobre a historiografia: a escassez de fontes históricas.....	p. 16
1.2. A trabalhadora negra na historiografia: trabalho doméstico e imagens de controle acerca do passado das mulheres negras .....	p. 24
1.3. Mais que meretrizes: abordagens sobre a trabalhadora liberta na historiografia .....	p. 29
1.4. Novas perspectivas: os diálogos possíveis entre a História Social e o pensamento de mulheres negras .....	p. 32
<b>Capítulo II - O mundo das comuns: aspectos da vida das trabalhadoras de Campinas e região (1876-1882) .....</b>	<b>p. 38</b>
2.1 Presença negra em Campinas na segunda metade do século XIX .....	p. 38
2.2. O que a documentação hospitalar tem a dizer sobre trabalhadoras negras?.....	p. 39
2.3. Para romper com alguns silêncios: registros sobre a cor das trabalhadoras em uma fonte histórica.....	p. 46
2.4. Mulheres (in)visíveis: trabalhadoras pobres e não escravizadas em tempos de cativeiro.....	p. 49
2.5. Profissões, ocupações e as cores do trabalho.....	p. 51
2.6. As libertas na fonte .....	p. 56
2.7 Mulheres com história: Notas biográficas sobre a vida de trabalhadoras negras.....	p. 58
<b>Conclusões e questões para um futuro próximo.....</b>	<b>p. 63</b>
<b>Sites Consultados.....</b>	<b>p. 65</b>
<b>Fontes.....</b>	<b>p. 65</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>p. 66</b>

## Introdução

*E a trabalhadora negra, cumé que fica?*<sup>1</sup>

Esse foi o questionamento feito por Lélia González, em 1982, ao tecer considerações sobre os entrelaçamentos das experiências históricas da população negra e da classe trabalhadora. Quase quarenta anos depois, podemos fazer a mesma pergunta em relação à presença dessa população nos estudos historiográficos. E as trabalhadoras negras? O que nós sabemos sobre elas para além daquilo que se refere à experiência da escravidão?

Buscando contribuir para a resposta a esse questionamento, o principal foco desta monografia é tratar da presença de mulheres negras livres e libertas no mercado de trabalho livre de Campinas e região entre os anos de 1876 e 1882. Pouco se fala das mulheres nos estudos dedicados à história do trabalho e dos trabalhadores. E, quando se trata das mulheres negras, as informações disponíveis são ainda mais escassas<sup>2</sup>. Algo no mínimo problemático, se considerarmos os dados que as pesquisas sobre o século XIX têm apontado para diversas regiões do Brasil.

Nas *plantations*, por exemplo, as mulheres negras estavam em um número menor em relação aos homens. Contudo, elas ocuparam papéis centrais nas redes constituídas a partir do trabalho e do cotidiano familiar. Foi sobre a escravizada que, no passado, se construiu a possibilidade da família dentro do cativeiro. E a partir das articulações protagonizadas por elas, muita gente conquistou a alforria por meio da compra<sup>3</sup>.

No oeste paulista, assim como em outras regiões do Brasil, essas mulheres foram bem sucedidas no acúmulo de pecúlio, pelo fato de dominarem o comércio urbano<sup>4</sup>. A partir da mobilização desses recursos, elas conseguiram acessar as cartas de liberdade em maior número, de forma que passaram a representar um contingente expressivo da população liberta. Em 1872, elas correspondiam a 36% dos escravizados na região de Campinas, de acordo com as informações do censo<sup>5</sup>. Sem dúvidas, a presença dessas trabalhadoras egressas da escravidão no mercado de trabalho urbano foi marcante.

---

<sup>1</sup> GONZALES, Lélia. *E a trabalhadora negra, cumé que fica?*. In: \_\_\_\_\_. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

<sup>2</sup> NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”*: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. Estudos Históricos, vol. 29, nº59, p. 607-626, 2016.

<sup>3</sup> EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – século XVIII e XIX*. - São Paulo: Editora da Unicamp, 1989. p. 255.

<sup>4</sup> FRACCARO, Laura C. *Vidas em liberdade: pequenos agricultores e comerciantes em Campinas (1800-1850)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, 2012.

<sup>5</sup> BASSANEZI, M. S. C. B. (Org.) *São Paulo do passado: dados demográficos*. Campinas: Nepo - Núcleo de Estudos em População / Unicamp, 1998. p. 738

Outro fenômeno importante observado nessas pesquisas é o crescimento do número da população de negros livres ao longo do século XIX<sup>6</sup>. Contudo, pouco se tem investigado sobre as histórias das mulheres negras que estiveram nessa condição. O aumento da população de cor e não escravizada passou a ser tão relevante ao longo dos anos oitocentos a ponto da formulação e organização de leis para a regulação do “trabalho livre” se tornarem um dos principais focos dos parlamentares brasileiros na década de 1830<sup>7</sup>. Na região de Campinas, a situação não era diferente. Por mais que a cidade tenha sido um dos locais que mais recebeu pessoas escravizadas entre 1831 e 1850, no ano de 1872, 56% da população já era livre, sendo que as mulheres representavam 47% desse total<sup>8</sup>.

Diante desse quadro, vale retomar a pergunta de Lélia Gonzalez e aprofundá-la: quem seriam essas trabalhadoras egressas da escravidão? Quais eram seus nomes e as suas experiências de vida? E as mulheres negras livres? O que podemos dizer sobre a presença desse grupo no mercado de trabalho urbano?

Esta pesquisa foi impulsionada pela curiosidade acerca dessas questões. E, a partir dos resultados apresentados aqui, pretende-se enfrentar algumas dessas dúvidas. Evidentemente, este estudo não dará conta de todos os silêncios em relação a essas trabalhadoras. No entanto, com base na análise de uma fonte histórica inédita nas pesquisas sobre este contingente - o livro do registro da Matrícula dos Enfermos do Hospital de Misericórdia da Santa Casa de Campinas - foi possível ampliar as perspectivas a respeito de alguns temas ainda nebulosos na historiografia, como é o caso da presença de trabalhadoras negras livres e libertas nos mundos do trabalho.

No primeiro capítulo, dialogo com essas questões realizando um balanço acerca dos caminhos da História Social no que diz respeito ao estudo do passado das mulheres e dos negros, enfocando as fontes históricas que foram utilizadas para tal e as abordagens mais recorrentes sobre as mulheres negras na História do Brasil enquanto sujeito histórico. Desse modo, teço possibilidades de diálogo entre os acúmulos do campo e a produção de estudiosas e pensadoras negras. A partir disso, observei as conexões e os distanciamentos na abordagem do tema. É importante ressaltar que intelectuais negras têm acumulado um número

---

<sup>6</sup> CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 229.

<sup>7</sup> MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Leis para “os que se irão buscar” - imigrantes e relações de trabalho no século XIX brasileiro*. In: História: Questões e Debates, Curitiba, jan/ jun, 2012, p. 63 - 85, n° 56, Editora UFPR. p. 66.

<sup>8</sup> BASSANEZI, M. S. C. B. (Org.) *São Paulo do passado: dados demográficos*. p. 313.

considerável de análises sobre o assunto, sendo que a condição da trabalhadora negra tem sido objeto privilegiado nestas análises.

No segundo capítulo, exploro novas possibilidades para a realização de estudos sobre essas trabalhadoras a partir de uma fonte hospitalar que permite acessar aspectos da vida de mulheres pobres. Com base na análise, foi possível mostrar o impacto das políticas vigentes no período no mercado de trabalho. Listei e apresentei considerações gerais preliminares sobre as profissões encontradas na documentação, assim como sobre os dados disponíveis acerca das libertas e africanas levantados entre 1876 e 1882. O reconhecimento desse universo me permitiu identificar fragmentos da história de quatro mulheres negras não escravizadas que viveram na região de Campinas ao longo da segunda metade do século XIX. Com base nos recursos disponíveis na documentação do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, sinalizo alguns caminhos possíveis para o aprofundamento das pesquisas que têm focado o passado das mulheres negras.

A partir desse estudo, foi possível identificar um universo rico e que pode ser mais explorado em pesquisas posteriores que mobilizem outras fontes dessa envergadura, assim como documentações distintas que permitam a identificação dessas trabalhadoras em outros momentos de suas vidas. Espero que as considerações reunidas aqui possam contribuir para responder as perguntas elencadas no início deste texto a fim de contribuir com os estudos sobre a mulher negra no âmbito da história do trabalho.

## Capítulo I - Mulheres negras na História: horizontes e desafios teórico-metodológicos

*Parcelas da sociedade estão dizendo para você que este é o cenário. As leituras que se faz dele traz possibilidades em extremos: pode se ver tanto a mulher destituída, vivendo o limite do ser-que-não-pode-ser; inferiorizada, apequenada, violentada. Pode-se ver também aquela que nada, buscando formas de surfar na correnteza. A que inventa jeitos de sobrevivência para si, para a família, para a comunidade. Pode-se ver a que é derrotada e expurgada. Mas, se prestar um pouco mais atenção, vai ver outra. Vai ver Caliban (o escravo de Shakespeare em A Tempestade) atualizado, vivo, pujante. Aquele que aprende a língua do senhor e constrói a liberdade de maldizer.*

*Olhos D'Água*, Conceição Evaristo, 2016.

### 1.1. A escassez de fontes históricas: um falso problema

É fato que nem sempre a vida das mulheres é o conteúdo central da documentação histórica imediatamente disponível a historiadores e historiadoras. Da mesma forma que, também, é difícil acessar registros de sua autoria produzidos nos séculos passados. Tudo se torna ainda mais difícil quando buscamos identificar aspectos da vida de mulheres pobres nas fontes guardadas nos arquivos. Em geral, é mais custoso localizar e reunir fontes que possibilitem o estudo dessa população. Contudo, essa dificuldade, que muito diz respeito ao apagamento de protagonistas da História, trata-se, em maior parte, de um esquecimento ideológico, não se referindo exclusivamente a problemas de ordem da ausência de memórias a partir das quais seja possível tratar do assunto<sup>9</sup>.

Produzir conhecimento e documentar as trajetórias históricas das mulheres no Brasil é um desafio necessário. Ainda mais quando se almeja observar o passado das mulheres negras, que permanece acobertado por hierarquias de raça e gênero. O trabalho rigoroso de pesquisa histórica tem apontado para caminhos possíveis rumo a superação desses desafios<sup>10</sup>. Esse estudo é o exemplo de um exercício dessa natureza. A partir da análise de uma documentação inédita em pesquisas sobre trabalho e trabalhadores, abordo aspectos da vida de trabalhadoras negras livres e libertas com base nas informações disponíveis no livro de Matrícula dos Enfermos do Hospital de Misericórdia da Santa Casa de Campinas. Recurso importante e que proporciona um amplo panorama sobre as mulheres no mercado de trabalho entre 1876 e 1882. Essa fonte apresenta um leque de informações que revela a complexidade da

---

<sup>9</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 7.

<sup>10</sup> XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e no pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 7

configuração do trabalho urbano, e seu estudo pode contribuir para um esforço que se conecta ao acúmulo e às iniciativas que têm sido desenvolvidas no campo da História e pautado a ampliação das noções de sujeito histórico. Empreitadas de pesquisas que também se depararam com a questão da carência de fontes, mas que apresentaram resultados transformadores em relação à produção de conhecimento sobre o passado da população negra perante as dificuldades práticas e às questões ideológicas.

Em 1984, Maria Odila Silva Dias já salientava as várias dimensões desse processo. Ao produzir uma história sobre as trabalhadoras que viveram na cidade de São Paulo ao longo dos anos finais do século XIX, ela nos ensinou que, mesmo a partir de informações ralas, fragmentadas e exiladas nas entrelinhas das memórias, é possível abordar as trajetórias daquelas que foram marginalizadas. Naquele momento, os estudos feministas começavam a conquistar um espaço importante no processo de reelaboração dos temas e métodos das ciências humanas<sup>11</sup>. O ambiente foi propício para a formação de um campo na historiografia brasileira que tinha como principal objetivo a pesquisa sobre a História Social das Mulheres, área que continua crescendo, até hoje, e rende debates fundamentais para compreensão dos papéis e relações de gênero no passado e no presente, bem como sobre as formas de ser e tornar-se mulher em diferentes períodos e contextos<sup>12</sup>.

Esse terreno fértil para a ampliação das problemáticas historiográficas não se deu, apenas, pelo impacto dos estudos feministas. A consolidação desse campo foi favorecida por profundas transformações que emergiram no âmbito da História Social como um todo. A década de 1980 foi marcada pela edificação das abordagens que se voltaram para análise das memórias e trajetórias daqueles que foram desfavorecidos nos jogos das relações de poder. As histórias dos invisíveis, dos esquecidos e dos de baixo passaram a ser temas relevantes para a historiografia brasileira. Essas iniciativas foram exitosas, porém, assim como ocorreu com os estudos sobre as histórias das mulheres, esses historiadores e historiadoras tiveram que lidar com o falso argumento da falta de fontes históricas para realização de pesquisas sobre os diferentes aspectos da vida da população negra.

---

<sup>11</sup> DIAS, M. O. da S. *Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças*. Revista de Estudos Feministas, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/ UFRJ, v. 2, n. 2, 1994. p. 374

<sup>12</sup> Os estudos feministas têm ganhado mais espaço no Brasil ao longo dos últimos dez anos. Atualmente, o tema ocupa um espaço importante no debate público, por exemplo. Além disso, houve um aumento significativo no número de obras de feministas, em especial de feministas negras, traduzidas para o português. Os livros da filósofa Angela Davis, publicado em língua portuguesa no ano de 2016, e da socióloga Patricia Hill Collins, publicado no ano de 2019, são dois exemplos representativos. DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo: 2016. COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

Há de se considerar que, desde a década de 1960, já existiam estudos relevantes sobre a escravidão no Brasil. Contudo, a investigação minuciosa dos arquivos históricos ainda não tinha sido consolidada enquanto uma ferramenta fundamental de pesquisa no campo<sup>13</sup>. Fator que, entre outros, acarretou na construção de análises com ênfase nos interesses e nos aspectos econômicos desse sistema<sup>14</sup>. Consequentemente, as omissões em relação ao impacto das ações de homens e mulheres escravizadas invisibilizaram a atuação desses sujeitos.

Hoje, as afirmações que se demonstraram vigorosas cinquenta anos atrás perderam a força perante o arcabouço historiográfico produzido a partir de uma vasta diversidade de fontes e concepções teórico-metodológicas. As transformações que têm marcado a História Social desde os anos 1980 carregam uma série de elementos diferenciais em relação ao que tinha sido produzido até aquele momento. Sem desconsiderar a determinação dos sistemas econômicos, essa historiografia se destacou pela elaboração de uma crítica que não dispensa a reflexão sobre a sociedade brasileira a partir das desigualdades que estruturaram as relações sociais. Os estudos acerca dos sentidos da exploração e das opressões ao longo do escravismo, da formação do capitalismo e da conjunção desses dois sistemas têm proporcionado contribuições importantes para a análise das relações de poder que foram consolidadas na sociedade contemporânea<sup>15</sup>. E, o aprofundamento dos estudos que têm sido desenvolvidos em diálogo com esse campo tem apontado para a necessidade de ampliação dos temas de pesquisa ainda pouco abordados pela historiografia, como, por exemplo, a população livre e

---

<sup>13</sup> LARA, Silvia. *Escravidão no Brasil: Balanço Historiográfico*. LPH: Revista de História 3, no. 1 (1992): 215-239. p. 216

<sup>14</sup> LARA, Silvia. *Blowin' in the wind*: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. Projeto História: Revista do programa de estudos pós graduados de história, nº12, 1995, p. 43-56. p. 46

<sup>15</sup> O estudo que deu origem ao livro *Na senzala uma flor* é pioneiro nesse sentido. SLENES, Robert. *Na senzala uma flor*: esperanças e recordações na formação da família escrava. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. Em *Visões de liberdade*, Sidney Chalhoub também apresenta aspectos inovadores em sua análise ao destacar como as ações judiciais movidas por escravizados e que tinham como principal objetivo a disputa dos sentidos da liberdade impactaram a promulgação da Lei do Ventre Livre. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. *Campos de violência*, obra de Silvia Lara, também teve uma contribuição importante para esse debate ao problematizar a coisificação dos escravizados. LARA, Silvia Hunold. *Campos de Violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro (1750 - 1808)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. *Negociação e conflito*, de Eduardo Silva e João José Reis é mais um dos trabalhos que faz parte dessa vanguarda historiográfica no que diz respeito às novas perspectivas em relação à agência da população escrava. SILVA, Eduardo; REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras 1989. As pesquisas de Maria Helena Machado também são referências nesse sentido. MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão: trabalho luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. Ao observar essa produção e seus desdobramentos, Álvaro nascimento é um dos historiadores que tem apontado para a necessidade de novas abordagens sobre a população negra no que tange o estudo do mundo do trabalho. NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência"*: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. p. 615.

liberta no mundo do trabalho durante a escravidão e o pós-abolição<sup>16</sup>. Problemática que tem sido observado por intelectuais negras e negros desde, pelo menos, a década de 1970<sup>17</sup>.

É fato que muitos materiais se perderam pela ação do tempo ou do Estado. Contudo, não se pode perder de vista que todos os vestígios e as memórias que foram produzidas em uma sociedade estratificada e desigual dizem algo sobre ela. Seja de maneira direta ou indireta. Mesmo que esses materiais não pareçam fazer sentido quando observados à primeira vista e isoladamente, a articulação com outras fontes históricas abre possibilidades significativas de análise. É isso que uma série de pesquisas sobre a escravidão e o pós-abolição no Brasil têm demonstrado. A partir de uma gama interessante de recursos materiais, teóricos e metodológicos através dos quais têm sido realizadas novas interpretações sobre as formas de sociabilidade nos séculos passados.

Os estudos de João José Reis e Stuart Schwartz para a região da Bahia são bons exemplos nesse sentido. Sem desconsiderar as limitações impostas pela carência de fontes, Reis apresentou maneiras eficientes de investigar o papel ativo dos escravizados por meio da análise de registros produzidos por escrivães da polícia e outros materiais<sup>18</sup>. Na pesquisa que realizou sobre a história da grande lavoura nessa localidade, Schwartz utilizou testamentos, censos, documentação administrativa dos engenhos, correspondências, registros notariais, entre outros materiais ainda pouco explorados no tempo em que escreveu<sup>19</sup>.

No trabalho sobre o tráfico entre a costa africana e o Rio de Janeiro, Manolo Florentino também lidou com um vasto conjunto de fontes. Entre escrituras públicas de compra e venda, registros impressos da entrada de escravizados, inventários e periódicos, a

---

<sup>16</sup> CHALHOUB, Sidney; TEIXEIRA, Fernando. *Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980*. Cadernos AEL, vol. 14, n°26, 2009. p. 11-50. p. 41. Flávio Gomes e Antonio Luigi Negro também apontam para questões dessa natureza em um artigo que enfoca o resultado de pesquisas e estudos comparativos sobre a formação da classe trabalhadora em Salvador e no Rio de Janeiro. NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. *Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho*. Tempo Social (USP. Impreso), v. 18, p. 217-240, 2006. Em texto recente, Silvia Lara aponta a necessidade da realização de mais pesquisa que enfoquem as óticas de escravos e libertos sobre o mundo que viviam. LARA, Silvia. *Uma grande diferença* (Apresentação – Dossiê: Por escravos e libertos). Revista Brasileira de História; v. 38; n° 79; São Paulo, 2018. Apesar das questões que têm sido apresentadas atualmente, cabe destacar que o interesse pela história da população negra em liberdade é algo perceptível na produção intelectual de homens negros e mulheres negras desde, pelo menos, a década de 1980.

<sup>17</sup> Nesse sentido, a obra de Beatriz Nascimento. NASCIMENTO, Beatriz. *Por uma história do homem negro*. In: \_\_\_\_\_ . *Quilombola e intelectual: possibilidade nos dias de destruição*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 42-49.

<sup>18</sup> SILVA, Eduardo; REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. p. 15. No livro *Rebelião escrava no Brasil*, podemos observar de maneira mais aprofundada a forma como João José Reis mobiliza as fontes para explicar a história da revolta dos malês. REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. 3° ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

<sup>19</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

análise quantitativa da documentação cartorial foi importante para reconstituição dos aspectos africanos do tráfico<sup>20</sup>. Documentação que já vinha sendo explorada por outros historiadores daquele período.

Em 1985, Robert Slenes já apontava para a importância das fontes cartoriais na elaboração de dados sobre os aspectos econômicos e sociais da escravidão<sup>21</sup>. O que permitiu a comparação minuciosa do sistema escravista entre diferentes localidades da Província de São Paulo. Além disso, ao observar os aspectos demográficos relacionados à população africana em Sorocaba, Campinas e nos demais lugares do Oeste Paulista, ele reconstituiu um cenário novo no que diz respeito à população escravizada. Esse arcabouço de dados permitiu, por exemplo, o reconhecimento da existência de núcleos familiares nas senzalas. Algo que pode parecer singelo na atualidade, mas que, naquele período, significou uma mudança de paradigma importante, pois as formas de sociabilidade negra passaram a ser reconhecidas e tratadas como uma das dimensões das experiências de escravizados.

Esse método de abordagem das fontes históricas o permitiu observar possíveis sentidos que homens e mulheres escravizadas atribuíram à ideia de família além de outros aspectos das estruturas do sistema escravista<sup>22</sup>. A metodologia possibilitou a identificação de redes que, até então, eram consideradas inviáveis pelos estudiosos do tema. Recurso que também pode ser aplicado a conjuntos documentais de outra natureza a partir dos quais seja possível extrair dados que informem sobre os aspectos relevantes acerca da população negra, como é o caso do Livro de Matrícula dos Enfermos da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Com base nessa fonte, pode-se obter um panorama da presença feminina no mercado de trabalho e observar tendências raciais na distribuição dessas trabalhadoras em diferentes profissões durante os últimos anos do século XIX. Tema ainda pouco estudado devido a restrição de documentos nos quais sejam possível observar informações sobre cor<sup>23</sup>. E que, se explorado, pode apresentar elementos importantes para compreensão dos processos de emancipação e das condições de vida em liberdade de trabalhadores no período.

Ainda na década de 1980, Peter Eisenberg apontava para a relevância dos estudos sobre os trabalhadores livres nacionais no século XIX. De acordo com as observações do autor, as pesquisas dessa envergadura seriam elementos chave para compreensão das

---

<sup>20</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 11

<sup>21</sup> Idem, p. 171.

<sup>22</sup> SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. p. 30.

<sup>23</sup> MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. p. 289, 290.

dinâmicas do trabalho escravo, assim como a do trabalho livre no período<sup>24</sup>. Para Célia Marinho de Azevedo, as tensões em torno dessas relações teriam sido o motivo de grande parte da insegurança das elites e dos grandes proprietários em relação à manutenção da ordem e das relações de poder<sup>25</sup>.

De forma geral, a produção e os desdobramentos da história social iniciada nesse período foram diversas e modificaram as maneiras de narrar o passado de africanos, crioulos, escravos e libertos na formação da classe trabalhadora brasileira<sup>26</sup>. Contudo, novas questões e problemas historiográficos foram lançados ao debate. O enfoque dessas pesquisas no estudo da população negra na condição escrava, por exemplo, acabou limitando as narrativas acerca desse contingente, de forma que o trabalho forçado passou a ser um dos poucos lugares possíveis para se pensar a existência desses indivíduos no passado<sup>27</sup>. Assim, imagens estereotipadas sobre a condição de negras e negros passaram a ser reproduzidas através dessa produção intelectual acadêmica e, também, da mídia<sup>28</sup>. Por isso, as narrativas hegemônicas sobre a classe trabalhadora e o trabalho livre no Brasil ainda precisam ser ampliadas para que contemplem a experiência de homens e mulheres negras, africanos, trabalhadores dos setores de abastecimentos, transporte e serviços<sup>29</sup>. Portanto, análises que apresentem informações e levantamentos acerca dos conjuntos de profissões exercidas no período, entre outras informações, são valiosas para o avanço dos estudos nesse campo. A análise do Registro de matrícula dos Enfermos da Santa Casa permite observar essa configuração o que tange o trabalho das mulheres pobres, brancas e negras.

No que diz respeito aos estudos sobre o mundo do trabalho, a diversificação das pesquisas sobre agrupamentos profissionais é um dos fatores que se destaca na produção

---

<sup>24</sup> *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – século XVIII e XIX*. - São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1989. p. 223-224.

<sup>25</sup> AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – Século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004. p. 26.

<sup>26</sup> NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. *Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho*. Tempo Social (USP. Impresso), v. 18, p. 217-240, 2006. p. 221.

<sup>27</sup> PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. p. 32. Beatriz Nascimento lançou questões importantes sobre esse problema ainda na década de 1970. NASCIMENTO, Beatriz. *Por uma história do homem negro*. In: \_\_\_\_\_. *Quilombola e intelectual: possibilidade nos dias de destruição*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 42-49.

<sup>28</sup> Para Patrícia Hill Collins, esse fenômeno trata-se do estabelecimento de *imagens de controle*. Representações que definem valores sociais ao manipular ideias sobre a condição da população negra, em especial, da mulher. COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

<sup>29</sup> NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. *Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho*. p. 217; 225.

historiográfica decorrente dos grandes debates da década de 1980<sup>30</sup>. No entanto, as investigações sobre a presença das mulheres negras nesse universo ainda precisam crescer. Para Álvaro Nascimento, o desenvolvimento de estudos que focalizem essas questões pode contornar os impeditivos que dificultam a compreensão dos problemas provocados pelo racismo em perspectiva histórica. Elementos que impactaram a sobrevivência e a ascensão socioeconômica da população negra e indígena. As investigações que possam contribuir para o aprofundamento dos conhecimentos acerca da História do racismo e da racialização no século XIX ainda são necessárias<sup>31</sup>. Assim como as análises que abordem a historicidade das discriminações de gênero no mundo do trabalho, por mais que os avanços em relação à produção de conhecimento histórico acerca da experiência das mulheres tenham sido significativos nos últimos anos<sup>32</sup>.

Além dos esforços pioneiros de Maria Odila Leite da Silva<sup>33</sup>, Sandra Graham<sup>34</sup>, Martha Abreu<sup>35</sup>, entre outras, ainda são poucas as abordagens nesse sentido. No entanto, as pesquisadoras que se propuseram a lidar com essa problemática têm sido bem sucedidas, apresentado novas questões à historiografia e, também, atualizado as problemáticas que têm orientado as pesquisas relacionadas a esse tema.

Ao mostrar as formas de obtenção de alforrias que entreviu como possíveis, Mary Karasch aborda de maneira geral a atuação das mulheres no mercado de trabalho urbano em sua obra. De forma que, o sucesso das escravizadas no comércio do Rio de Janeiro aparece como uma articulação fundamental para que um número considerável de mulheres de cor

---

<sup>30</sup> CHALHOUB, Sidney; TEIXEIRA, Fernando. *Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980*. p. 41.

<sup>31</sup> Wlamyra Albuquerque e Hebe Mattos produziram trabalhos de relevância para o aprofundamento do tema. MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *O Jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Em estudo recente sobre a resistência dos ganhadores e das ganhadeiras na Bahia, João José Reis também enfocou a evolução da campanha de discriminação étnica e racial na Bahia. REIS, João José. *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

<sup>32</sup> NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”*: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. p. 610.

<sup>33</sup> Em 1995, a historiadora realizou uma contribuição importante à historiografia com a publicação do livro *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*.

<sup>34</sup> GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro. 1860- 1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

<sup>35</sup> ABREU, Martha. *Meninas Perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*, Paz e Terra, 1989.

obtivesse a liberdade<sup>36</sup>. Sheila de Castro Farias<sup>37</sup> aprofundou essa questão ao realizar um estudo importante sobre as estratégias que mulheres africanas e crioulas utilizaram para comprar as próprias cartas de alforria e apresentou um quadro inédito para a região de Minas Gerais e do Rio de Janeiro no século XVIII.

Em pesquisas recentes, Fabiane Popinigris também tem ressaltado a presença das africanas no comércio urbano de Santa Catarina ao longo da segunda metade dos anos oitocentos. A análise dos livros de receita e despesas da Câmara Municipal permitiu que a historiadora percebesse a predominância das mulheres no comércio em mais uma região do Brasil. Contudo, as informações apresentadas sobre a presença das demais trabalhadoras negras nesse ramo são escassas<sup>38</sup>. O que leva a supor que a documentação utilizada não permita inferir análises mais detalhadas sobre a cor.

O trabalho doméstico tem ocupado um espaço significativo nos estudos acerca da presença das mulheres negras no mercado de trabalho do século XIX. Os estudos de Lorena Féres da Silva Telles destacam-se nesse sentido. A historiadora deu continuidade às pesquisas sobre as trabalhadoras pobres na região de São Paulo, enfocando a presença das mulheres libertas nas funções agrupadas nesse setor<sup>39</sup>. A partir da análise de cartas de liberdade, documentação cartorial, processos crime, anúncios de fuga e contratos de trabalho, os apontamentos apresentados nessa pesquisa destacam, porém não enfocam, os processos de discriminação de maneira prioritária.

Ao discorrer sobre a formação da classe de trabalhadoras domésticas na Bahia e no Recife entre 1870 e 1910, Maciel Henrique Silva enfoca os discursos literários pernambucanos e baianos, processos criminais, legislações sobre o serviço doméstico em Recife e Salvador e os termos de locação de serviços domésticos produzidos na Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Ele avança na abordagem ao priorizar as experiências das trabalhadoras livres e libertas. Proposta que eu expandi ao propor o estudo sobre um conjunto de trabalhadoras negras de diversos setores. No entanto, para Maciel, a classe é o principal catalisador de conflitos entre subordinados e dependentes. De acordo com seus apontamentos, a presença da cor na classe não indica uma orientação racializada na escolha de um tipo

---

<sup>36</sup> KARASCH, Mary, C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>37</sup> FARIAS, Sheila Siqueira de Castro. *Sinhás Pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rei*. Tese (Concurso para professora titular em História). Universidade Federal Fluminense, 2004.

<sup>38</sup> POPINIGIS, Fabiane. “*Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras*”: experiências de trabalho e estratégias de vida em torno no primeiro mercado público de desterro – 1840-1890. *Afro-Ásia*, n° 46, 2012. p. 193-216.

<sup>39</sup> TELLES, Lorena Féres da Silva. *Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880 - 1920)*. São Paulo: Alameda, 2014.

específico de trabalhador. De forma que, em alguns casos, o gênero e a pobreza seriam mais determinantes do que a cor<sup>40</sup>.

O estudo que Maria Aparecida Sanches realizou sobre essas trabalhadoras na cidade de Salvador, no período pós-abolição, apresenta alguns avanços em relação a essas questões e análises. Ao esmiuçar o conteúdo dos processos crime de defloramento, infanticídios, furtos e lesões corporais, ela mapeou como as noções de moralidade acerca das trabalhadoras domésticas foi conjugada com as ideias de raça em vigor no período. A pesquisa dos anúncios de jornais nos quais eram registradas queixas, reclamações, crônicas de ruas, classificados possibilitaram, também, a observação dos serviços para os quais essas trabalhadoras eram demandadas e, também, dos preconceitos que recaíam sobre essa categoria profissional<sup>41</sup>. Ainda no que se refere aos estudos sobre trabalhadoras negras na Bahia, cabe ressaltar a obra de Karine Damasceno. Ela desenvolveu pesquisas sobre o cotidiano de mulheres laboriosas em Feira de Santana no imediato pós-abolição a partir da análise de processos-crime, jornais locais, registros e atas da administração municipal entre outros tipos de fonte. Além disso, a historiadora também realizou pesquisas que enfocaram as experiências femininas e negras nas lutas pela liberdade que ocorreram na mesma região ao longo da última década de vigência da escravidão no Brasil<sup>42</sup>.

Com uma abordagem similar a de Sanches, as pesquisas de Flávia Fernandes de Souza também representam referenciais importantes no que se refere à cidade do Rio de Janeiro. Fernandes, favorece a análise da produção de hierarquias raciais no processo de elaboração das leis de regulação do trabalho doméstico e dos mecanismos de controle da população negra emancipada<sup>43</sup>. Esforço que ainda precisa ser feito para a região do oeste paulista.

Em um cenário repleto de dificuldades e obstáculos, esses estudos tiveram contribuições importantes, pois eles confrontam as anedotas que “branqueiam” a história da população brasileira e demonstram a relevância da mulher negra no mercado de trabalho. Em diálogo com esse arcabouço historiográfico, a prioridade dessa monografia é analisar a

---

<sup>40</sup> SILVA, Maciel Henrique. *Nem mãe preta, nem negra fulô*: histórias de trabalhadoras domésticas em Recife e Salvador. Jundiá: Paco Editorial, 2016. p. 25; 34, 35 e 36.

<sup>41</sup> SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. *Fogões, pratos e panelas*: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico – Salvador 1900, 1950. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. p. 11 e 13.

<sup>42</sup> DAMASCENO, Karina T. *Mal ou bem procedidas*: cotidiano de transgressão das regras sociais e jurídicas em Feira de Santana, 1890-1920. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, 2011. Ver também: DAMASCENO, Karina T. *Para serem donas de si*: mulheres negras lutando em família (Feira de Santa, Bahia, 1871-1888). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia, 2019.

<sup>43</sup> SOUZA, Flávia Fernandes de. *Criados, escravos e empregados*: serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, 2017. p. 525.

presença das mulheres negras e pobres nesse espaço, observando os impactos do processo de derrocada da escravidão e da vida da população negra liberta e em liberdade a partir de um recurso novo: o registro de entrada dos doentes no maior hospital que existiu no Oeste Paulista ao longo da segunda metade do século XIX.

## **1.2. A trabalhadora negra na historiografia: trabalho doméstico e as *imagens de controle* acerca do passado das mulheres negras**

*A mulher negra é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação “profissional”: doméstica e mulata.*

Lélia Gonzalez, 1979.

Por mais que a historiografia tenha avançado nos últimos anos, o papel das mulheres negras nas esferas culturais, sociais e políticas ainda é pouco explorado. O aprofundamento dos estudos sobre a escravidão evidenciou algumas questões relativas às experiências dessa população e proporcionou contribuições interessantes para compreensão da História do Brasil, da população afro-brasileira e africana<sup>44</sup>. Contudo, as experiências das mulheres negras precisam ser investigadas em outros aspectos.

No que tange os estudos sobre a História do Trabalho, o cenário não é diferente. Como já vimos, pouco se ouve falar sobre essas mulheres enquanto trabalhadoras. Quiçá, enquanto sujeitos que não estiveram na condição de escravizadas. Quando as pesquisas enfocaram o trabalho das mulheres negras em esferas que extrapolam a condição cativa, foram priorizadas as abordagens sobre a presença delas no setor do trabalho doméstico. Aquele que envolve as tarefas relacionadas aos cuidados (amamentação, serviços de babás, etc.) e as funções necessárias para organização e manutenção dos domicílios<sup>45</sup>. Foram escassas as abordagens que evidenciaram as experiências femininas de liberdade e de trabalho em outros espaços, como comércio, por exemplo.

Ao analisar as tensões presentes nas dinâmicas das relações de trabalho entre as criadas e os seus patrões, Sandra Graham destoou dessa tendência e notou questões

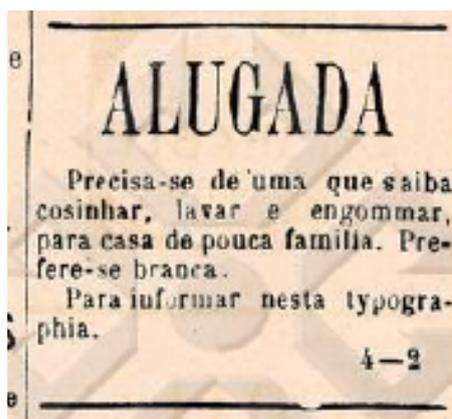
---

<sup>44</sup> XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e no pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. p.7.

<sup>45</sup> TELLES, Lorena Féres da Silva. *Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880 - 1920)*. São Paulo: Alameda, 2014. MACHADO, Maria Helena. *Entre dois Beneditos: histórias de amas de leite no ocaso da escravidão*. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e no pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 199-213. SOUZA, Flávia Fernandes de. *Criados, escravos e empregados: serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, 2017. p. 525.

importantes no que diz respeito às características da população de trabalhadoras domésticas no Rio de Janeiro. No cenário em que essa atividade é recorrentemente associada ao trabalho escravo, a historiadora destacou que as mulheres livres já eram predominantes na categoria durante a década de 1870, mas não aprofundou análises nesse sentido. Mesmo que superficial, o dado apresentado por Graham é importante. E, quando observado à luz das informações elucidadas por outras pesquisas que destacam os processos de emancipação e a liberdade negra no século XIX, chama a atenção para o fato de que o trabalho doméstico nesse período abrigou relações além daquelas restritas ao universo da escravidão<sup>46</sup>. Essa argumentação nos provoca a pensar sobre a necessidade de investigações que enfoquem a presença das mulheres negras livres e libertas nessa profissão em outras regiões do Império, algo possível a partir de novas abordagens teórico-metodológicas e com o estudo de fontes da natureza do registro de matrícula dos enfermos da Santa Casa.

Para além da ampliação das perspectivas de estudo sobre esse universo, a análise dessa documentação suscita outro questionamento importante em relação às abordagens acerca das mulheres negras e a associação direta dessas personagens ao trabalho doméstico. A historiografia tem problematizado pouco o fato de ter existido uma quantidade razoável de trabalhadoras brancas exercendo essa profissão no século XIX. Fator que, de acordo com as evidências históricas, foi um desdobramento dos processos de reformulação das hierarquias sociais no momento de derrocada do escravismo.



<sup>46</sup> GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro*. p. 33. Sheila de Castro Farias tem apontado questões importantes sobre o protagonismo das mulheres negras nos processos emancipação por meio da compra de alforrias. FARIAS, Sheila Siqueira de Castro. *Sinhás Pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rei*. Os estudos de Peter Eisenberg e Ana Flávia Magalhães Pinto e também salientam a relevância dos trabalhadores livres nas dinâmicas sociais da sociedade oitocentista. EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – século XVIII e XIX*; PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*.

Imagem 2 - Anúncio de trabalho - Gazeta de Campinas, 12 de Março de 1887. Centro de Memória da Unicamp - CMU.

Ao folhearmos os jornais que circularam em Campinas no século XIX, podemos encontrar anúncios ofertando vagas de trabalho, a exemplo da imagem reproduzida acima. O anúncio chama atenção para o fato de oportunidades de emprego privilegiarem mulheres brancas em detrimento de mulheres negras. No entanto, essa documentação não é o único registro histórico que nos faz pensar sobre como as hierarquias raciais impactaram o mercado de trabalho. A partir do levantamento realizado sobre o livro de *Registros da Matrícula dos Enfermos da Santa Casa de Misericórdia de Campinas*, foi identificado um número expressivo de mulheres brancas que exerceram tarefas ligadas ao trabalho do lar entre 1876 e 1882.

Devido à ausência de informações na fonte, não foi possível identificar a cor da totalidade de trabalhadoras atuantes nesse setor. Contudo, todos os registros que revelam informações sobre a cor das mulheres que se ocupavam dos serviços de casa se referem às mulheres brancas e contabilizam 9%. No que diz respeito às mulheres que foram registradas como trabalhadoras domésticas, 26% delas também são apontadas como brancas<sup>47</sup>. Essas informações suscitam reflexões importantes sobre os significados dos papéis de gênero e da condição feminina negra no século XIX.

Os estereótipos que prevaleciam sobre as mulheres negras estavam atrelados à ideia de degeneração. O fato da experiência do trabalho físico e forçado ter sido determinante em suas trajetórias foi lido pelas elites como um elemento desviante das atribuições relacionadas ao papel do gênero feminino. Esse, compreendido como uma condição natural e que estava relacionado com o lar e as demais esferas da vida privada<sup>48</sup>. Nesse período, foi intensificada a caracterização das mulheres negras como sujeitos repletos de defeitos físicos e de caráter associados às doenças e aos maus hábitos<sup>49</sup>. De modo que, o crescimento das epidemias de cólera e de febre amarela configuraram um cenário favorável para que boa parte dos médicos

---

<sup>47</sup>Na documentação, as profissões ligadas ao trabalho doméstico aparecem com as seguintes nomenclaturas: cozinheira, ajudante de cozinha, criada, doceira, engomadeira, costureira, lavadeira, serviço de casa e serviço domésticos. Nas seções a seguir, tratarei as tendências raciais em relação à distribuição de mulheres nessas profissões de forma mais minuciosa. MATRÍCULAS de Enfermos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Arquivo do Centro de Memória UNICAMP, 1876–1882.

<sup>48</sup> COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravatura nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. p. 202; 205.

<sup>49</sup> MACHADO, Maria Helena. *Entre dois Beneditos: histórias de amas de leite no ocaso da escravidão*. p. 200.

recomendassem que os bebês brancos não fossem amamentados pelas mulheres negras<sup>50</sup>. Ao longo de todo o processo de abolição da escravidão, os corpos das mulheres libertas e escravizadas foram foco do debate público por meio de tentativas de regulação do trabalho das amas de leite, das trabalhadoras do sexo e do controle do ventre. As disputas acerca dos significados da liberdade nesse contexto impactaram, também, as concepções de mulheridade que envolviam noções de maternidade, moralidade, sexualidade, entre outras ideias vigentes. Fenômeno comum em diversas regiões do continente americano para além das fronteiras do Império do Brasil<sup>51</sup>.

A desvalorização da mulher negra aconteceu simultaneamente às transformações que estabeleceram o processo de racialização fundado na falência das hierarquias que vigoraram no regime colonial. Mecanismo referente à efetivação de exercícios políticos que permearam as desarticulações do escravismo no momento em que as ideias de raça foram se fazendo notar nos debates jurídicos, nas decisões políticas, nos planos para a nação emergente, na construção de memórias e dos símbolos da escravidão<sup>52</sup>. De maneira que, esse quadro apresenta uma série de elementos importantes e que devem ser considerados nos estudos sobre as alocações das mulheres no mercado de trabalho.

Contudo, essas questões não foram aprofundadas a ponto de corroborar para produção de reflexões acerca dos processos que tornaram as mulheres negras sobrerrepresentadas no trabalho doméstico. Parece que a naturalização da mulher negra na posição de criada cristalizou o olhar dos historiadores em relação a essas nuances do mundo do trabalho, característica de uma sociedade fundada na escravidão. Conduta que, de certa maneira, reflete uma conformação da sociedade brasileira em relação às desigualdades de raça e gênero nos tempos atuais que fazem o Brasil ser um dos países com a maior população de empregadas domésticas do mundo<sup>53</sup>.

---

<sup>50</sup> KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. *À vovó vitoriana, com afeto*: Rio de Janeiro, cerca de 1870. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e no pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 188.

<sup>51</sup> Camillia Cowling aponta que esse foi fator decisivo no processo da abolição da escravidão em Cuba e no Brasil. COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravatura nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. p. 323; 367. bell hooks abordou o assunto com profundidade ao tratar da experiência da mulher negra, das políticas raciais e de gênero nos Estados Unidos. hooks, bell. *E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e o feminismo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

<sup>52</sup> De acordo com Albuquerque, o termo racialização tem ganhado propósito investigativo, pois trata-se de inquerimentos como e por que a noção de raça fundamenta hierarquias sociais. ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *O Jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. p. 35 e 36.

<sup>53</sup> WENTZEL, Mariana. *O que faz o Brasil ter a maior população de domésticas do mundo*. BBC News, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43120953>. Acesso em: Janeiro, 2019.

O pós-abolição é marcado pelas lutas dos movimentos negros pela valorização do trabalho das empregadas domésticas. Reivindicações que enfatizaram a necessidade dos direitos trabalhistas básicos para a categoria, a garantia da dignidade, do respeito, e da formalização deste tipo de trabalho. Ações que tiveram como resultado a conquista da PEC das domésticas. Legislação que garantiu os direitos que a maioria dos outros trabalhadores já podiam usufruir<sup>54</sup>. No ano de aprovação dessa lei, 2015, as mulheres negras totalizavam 3,7 milhões de trabalhadoras do setor, enquanto as mulheres brancas correspondiam a 2 milhões<sup>55</sup>.

Diante de um quadro como esse, é nítida a necessidade da ênfase no peso dessa profissão nas trajetórias de mulheres negras e das denúncias sobre como as relações de poder que atravessam essa relação de trabalho constroem hierarquias e lugares sociais. Contudo, quem se dedica ao estudo da História precisa encarar a condição da mulher negra enquanto trabalhadora doméstica como um problema e não como um dado fixo e atemporal. Em relação a essa questão, Patrícia Hill Collins nos lembra: ninguém nasce bebê-babá ou bebê-empregada doméstica. Para a autora, esse tipo de associação reforçada pela mídia, pelas agências governamentais e, de certa forma, por parte do conhecimento acadêmico provoca o estabelecimento de *imagens de controle*. Elemento que contribui para a manutenção da subordinação da mulher negra, por meio do ocultamento dos processos de exploração econômica, por exemplo<sup>56</sup>.

Aprofundar os conhecimentos sobre o impacto da racialização na organização do mercado de trabalho no século XIX é necessário para uma compreensão mais ampla da história das mulheres negras nesse contexto. Ao longo do estudo do Registro da Matrícula dos Enfermos da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, podemos encontrar mulheres de cor distribuídas em diversas profissões para além das ocupações relacionadas com o trabalho de casa. Além de costureiras, engomadeiras, lavadeiras, elas tinham uma presença marcante nas ruas da cidade como vendedoras, ao passo que transformaram o espaço urbano e, também, foram afetadas pelas disputas que ocorreram nesses locais.

---

<sup>54</sup>Texto completo da proposta de emenda constitucional disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=CE44B787A5F15D80CBF523DC19872E6C.proposicoesWebExterno1?codteor=755258&filename=PEC+478/2010](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=CE44B787A5F15D80CBF523DC19872E6C.proposicoesWebExterno1?codteor=755258&filename=PEC+478/2010)

<sup>55</sup> SILVA SANTOS, Taina Ap. *Prefácio manifesto*. In: RARA, Preta. *Eu empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada*. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2019.

<sup>56</sup> COLLINS, Patrícia Hill. Nós que lutamos pela liberdade não podemos descansar: lições do feminismo negro norte-americano. In: PINTO, Ana Flávia Magalhães; DECHEN, Chaia; FERNANDES, Jaqueline. *Griôs da diásporas negra*. Brasília: Griô 2017. p. 113 - 133. p. 116. Em outros escritos, a socióloga desenvolve o conceito *imagens de controle* de forma mais profunda. Ver: COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. p. 140; 143; 159. Ver também: BUENO, Winnie. *Imagens de controle: um conceito de Patrícia Hill Collins*. Porto Alegre: Zouk Editora, 2020.

### **1.3. Mais que meretrizes: abordagens sobre a trabalhadora liberta na historiografia**

Um número razoável de estudos já abordou as experiências das mulheres libertas na historiografia, principalmente, chamando a atenção para o sucesso dessas mulheres na conquista das alforrias<sup>57</sup>. No entanto, foram poucos(as) os(as) historiadores(as) que aprofundaram as dimensões do trabalho na vida dessas mulheres. Além de Sheila de Castro Farias, Maria Odila da Silva Dias e Lorena Téles, destaca-se a produção que enfocou a região de Minas Gerais no século XVIII e no início do século XIX. Pesquisas que, a partir da análise de fontes diversas, também, produziram imagens e discursos acerca da trabalhadora liberta.

O historiador Luciano Figueiredo, por exemplo, propõe uma análise interessante acerca do cotidiano dessas trabalhadoras. Além de explorar as dimensões da exploração do trabalho e dessas relações entre as mulheres negras, ele reconhece a presença dessas trabalhadoras em diferentes profissões e ocupações. Contudo, a interpretação empreendida pelo historiador enfatiza a prostituição como uma atividade complementar à ocupação com o comércio e a venda no contexto urbano. De acordo com as afirmações do autor que se dedicou à análise das atividades de ganho, esse fator seria resultado do impacto da pobreza e de um padrão moral diferenciado da ortodoxia católica da localidade<sup>58</sup>.

Eduardo França Paiva também identifica práticas parecidas no que diz respeito às atividades de trabalho das mulheres pertencentes a esse grupo. A partir da análise de testamentos, o historiador mapeia história de forras que tiveram posições sociais diferenciadas na sociedade escravista e mineira e a prostituição volta a aparecer. De acordo com o historiador, as trabalhadoras libertas que foram bem sucedidas no comércio mobilizaram poderes informais através de intercursos sexuais de ligações duradouras e da geração de bastardos descendentes de homens com boa posição social. O que teria proporcionado certa mobilidade social<sup>59</sup>.

Sem dúvidas, as formas de agência e a presença das trabalhadoras negras no mundo do trabalho foram numerosas e de grande complexidade. Contudo, ainda é necessária a

---

<sup>57</sup> Seguem alguns exemplos: KARASCH, Mary, C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*; EISENBERG, Peter. *Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX*.

<sup>58</sup> FIGUEIREDO, Luciano. *Três pretas virando o jogo em Minas Gerais no século XVIII*. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e no pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 35-51. p. 48. O autor apresenta mais questões acerca do assunto no livro: FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória. Cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro, José Olympio/Edunb, 1993.

<sup>59</sup> PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Anablume, 2009. p. 119.

investigação sobre outras possibilidades de negociação e agência dessas mulheres. As pesquisas recentes de Júnia Ferreira Furtado são um bom exemplo nesse sentido para pensarmos a realidade das libertas da mesma região que esses autores enfocaram. A pesquisadora apresentou um cenário ainda pouco conhecido sobre a mineração na região de Minas. A partir da análise iconográfica e fontes como recenseamento, livros de notas e inventários foi possível reconstituir a participação das forras na extração de ouro e diamantes como fornecedoras de escravizados e escravizadas para o trabalho. E, também, como mineradoras e que tiveram participação fundamental na extração dos metais preciosos<sup>60</sup>.

Os contrastes em relação às imagens sobre as trabalhadoras que esses autores apresentam em seus estudos nos induzem a pensar sobre o que tornou possível a associação direta das mulheres negras à prostituição e a ênfase na sexualidade em alguns casos, como os dois apresentados anteriormente. Tanto Figueiredo como Paiva baseiam-se na documentação policial para inferir suas análises. De forma que Furtado toma como principal referência outro conjunto documental e não chega às mesmas conclusões em relação às mulheres libertas. Seriam os arquivos da polícia marcados por estereótipos de raça e gênero? Sem dúvidas! Assim como acontece com todo o tipo de fonte histórica e, também, com o olhar dos historiadores que acabam reproduzindo estigmas do nosso tempo em suas narrativas. E, como observou Laura Fraccaro, até mesmo a visão dos homens (autores das fontes) e dos comerciantes (denunciante das vendedoras) daquela época<sup>61</sup>. Ao pesquisar sobre pequenos comerciantes na região de Campinas na primeira metade do século XIX, essa historiadora também encontrou uma realidade diferente no que diz respeito ao trabalho dessas mulheres.

Nesse estudo, Fraccaro traz à tona trajetórias de mulheres comerciantes e nos apresenta histórias diferentes daquelas retratadas pelos autores apontados acima. As histórias sobre a vida das comerciantes que nos são apresentadas revelam que, nem sempre, as mulheres libertas eram prostitutas, como sugere com frequência a documentação. Para ela, o fato de as forras atuarem fora do espaço privado para se arriscar nos mundos do trabalho, por si só já era considerado algo desonroso e nocivo à comunidade do entorno. De modo que, a acusação feita por terceiros de que fossem meretrizes pode ser interpretada como uma estratégia de perseguição utilizada para desmoralizar mulheres e fragilizar a credibilidade que

---

<sup>60</sup> FERREIRA FURTADO, Júnia. *Mulheres escravas e forras na mineração no Brasil*, século XVIII. Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores, v. 1, p. 1-49, 2020.

<sup>61</sup> FRACCARO, Laura C. *Vidas em liberdade: pequenos agricultores e comerciantes em Campinas (1800-1850)*. p. 94

possuíam. Elemento fundamental para a manutenção de seus tabuleiros, comércios e, sobretudo, para conseguir empréstimos<sup>62</sup>.

De acordo com Fraccaro, os mecanismos de controle por meio das fiscalizações somados às denúncias e as transformações na economia da cidade teriam sido influenciadores da diminuição da presença feminina no comércio a partir da década de 1850, na Vila de São Carlos, futura cidade de Campinas<sup>63</sup>. Informação importante, pois não localizei nenhuma liberta descrita como profissional de venda no registro de matrícula dos enfermos da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, entre 1876 e 1882. Do mesmo modo que, também, não localizei nenhuma prostituta liberta<sup>64</sup>.

É certo que, dificilmente, uma meretriz iria declarar a sua profissão na enfermaria de um hospital católico para tratar urgências de saúde. Contudo, isso não quer dizer que as associações desse tipo não estejam informadas por estereótipos racistas e sexistas. Em 1985, ao comentar sobre as discriminações raciais e de gênero na cultura brasileira, Lélia González apontou para a naturalização da representação da mulher negra como prostituta, empregada doméstica, entre outras funções atreladas à subserviência<sup>65</sup>. A crítica que direcionou aos intelectuais da época continua sendo atual e precisa ser considerada por nós, historiadoras e historiadores. Certamente, as mulheres negras exerceram e exercem atividades de trabalho como profissionais do sexo. Contudo, é necessário a investigação sobre mais facetas da história dessas profissões e, também, desse grupo.

#### **1.4. Novas perspectivas: os diálogos possíveis entre a História Social e o pensamento de mulheres negras**

Se a posição das mulheres negras no mercado de trabalho é um debate emergente na historiografia, não podemos dizer o mesmo sobre a centralidade dessa discussão na produção de intelectuais negras e negros que têm se dedicado a interpretar os mecanismos de desigualdade e tecer considerações sobre a História do Brasil.

---

<sup>62</sup> Idem, p. 96

<sup>63</sup> Idem, p. 75

<sup>64</sup> MATRÍCULAS de Enfermos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Arquivo do Centro de Memória UNICAMP, 1876–1882.

<sup>65</sup> GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: In: \_\_\_\_\_. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 190-214. p.193.

No que diz respeito à produção das intelectuais negras<sup>66</sup>, o trabalho e as trabalhadoras têm um lugar central nas análises. Ao considerar esses elementos como determinantes para a compreensão das dinâmicas raciais e de gênero, essas intelectuais elaboraram uma crítica contundente em relação à posição da mulher negra no mercado de trabalho.

De acordo com bell hooks, a bibliografia que trata da história das mulheres e do feminismo a partir das experiências de mulheres brancas enfatizou os pontos positivos do ingresso da mulher nesse universo<sup>67</sup>. Entretanto, essa produção não problematizou quais foram as ocupações que esse grupo pôde acessar e nem como esse processo impactou negativamente a qualidade de vida das trabalhadoras negras e pobres.

As lutas empreendidas pelas mulheres em diferentes regiões como a Inglaterra e os Estados Unidos que tinham como objetivo a expansão, ampliação e defesa de direitos ao voto, ao trabalho, entre outras reivindicações, estabeleceram certas compreensões que permanecem enraizadas nas formas de interpretar a presença das mulheres nos espaços públicos<sup>68</sup>. As noções mais comuns em torno da presença da mulher no mercado de trabalho partem do pressuposto que a experiência feminina não estivesse atrelada a esse universo. O que não é verdadeiro quando analisamos as trajetórias históricas das mulheres negras.

Para as intelectuais negras, a presença no mercado de trabalho não é entendida como algo libertador, pois nem toda forma de labuta é benéfica. A experiência da escravidão, fez com que a inserção das mulheres negras nesse universo não fosse uma escolha e, muito menos, um caminho para a construção da autosuficiência econômica<sup>69</sup>. Portanto, os impactos oriundos desse fenômeno histórico têm sido objeto de análise dessas pensadoras. De forma que, ao analisar as dimensões das estruturas de poder que balizam a sociedade contemporânea, esses trabalhos observaram as consequências da conjunção das desigualdades de classe, raça e gênero ao longo do tempo.

Assim como boa parte das historiadoras e dos historiadores, muitas dessas pensadoras estabeleceram associações da mulher negra com a escravidão e com o trabalho doméstico. Ainda assim, intelectuais como Lélia González, Beatriz Nascimento e Luiza Bairros têm

---

<sup>66</sup> Entendo como intelectuais negras as mulheres negras produtoras de conhecimento, pensadoras críticas que dedicaram os seus estudos e pesquisas aos aspectos da vida população negra problematizando a segregação racial e as ideias sexistas sobre os papéis de gênero. bell hooks fez algumas considerações a utilização dessa categoria para abordar a produção teórica dessas mulheres. hooks, bell. *Intelectuais Negras*. Revista Estudos feministas. Nº2/95. vol.3. 1995.

<sup>67</sup> hooks, bell. *Mulheres trabalhando*. In: Feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019. p. 83.

<sup>68</sup> DAVIS, Angela. *O movimento escravagista e a origem dos direitos das mulheres*. In: Davis, A. Mulheres, raça e classe. São Paulo Boitempo, 2016.

<sup>69</sup> hooks, bell. *Mulheres trabalhando*. In: Feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. p. 82, 83.

problematizado essa condição e apontado para o impacto desse processo na construção do imaginário acerca da mulher negra. Além disso, elas empreenderam ações que têm como principal objetivo a ampliação das perspectivas em relação às representações possíveis para essa população nas esferas da produção do conhecimento, da política e da cultura<sup>70</sup>.

Em 1981, Lélia González já apresentava indagações em relação às formas que o passado da mulher negra era mobilizado e apontava para o perigo que as associações equivocadas à escravidão podem representar. Ao problematizar os aspectos políticos e econômicos da sociedade brasileira, a historiadora, geógrafa e antropóloga afirma que o imaginário prevalecente em relação à figura da “Mãe Preta” estava relacionado com os estereótipos atribuídos à ocupação de mucama. Essa imagem transformou-se em um dos principais símbolos do mito da democracia racial no século XX. A ideologia em torno da “Mãe Preta” reforçava a ideias de incapacidade intelectual, infantilidade e passividade como características inerentes às mulheres negras, comuns desde o tempo do escravismo. Contexto em que, de acordo com o pensamento hegemônico, a responsabilidade pela educação dos filhos dos senhores de engenho era inerente à mulher negra<sup>71</sup>.

A historiadora Beatriz Nascimento também teceu algumas considerações acerca da presença da mulher no mercado de trabalho. Assim como a sua contemporânea, em 1976, Nascimento já apontava a existência de mais personagens históricos na sociedade colonial além dos senhores de engenho e dos escravizados. Para a historiadora, a escassez dos meios de vida e as condições precárias da população de pobres e livres, foi determinante para condição feminina e a legitimação do patriarcado. Fator que atribuiu à mulher negra um papel de produtora semelhante ao do homem. De forma que, a sobrevivência de alguns pressupostos oriundos dessa sociedade fez com que o papel da trabalhadora negra no mercado de trabalho não mudasse significativamente ao longo do tempo. Lógica que, por exemplo, seria operante no processo de recrutamento das mulheres negras no serviço doméstico<sup>72</sup>. Por mais que a condição das trabalhadoras negras seja interpretada como um fenômeno marcado por certa continuidade histórica nos escritos que enfocam as experiências laborais, a autora chama

---

<sup>70</sup> hooks, bell. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019. p. 26.

<sup>71</sup> GONZALES, Lélia. *A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica*. In: \_\_\_\_\_, Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 39.

<sup>72</sup> NASCIMENTO, Beatriz. *A mulher negra no mercado de trabalho*. In: RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza; São Paulo: Imprensa Oficial. p. 102 - 106. p. 103.

atenção para o fato das desigualdades sociais serem fatores determinantes naquilo que tange a interdição da ascensão social de mulheres negras em outros textos<sup>73</sup>.

Tanto Lélia González como Beatriz Nascimento enfocaram o peso das estruturas hierárquicas que deram origem às concepções de raça, classe e gênero nas trajetórias das mulheres negras. No entanto, a noção de agência não foi algo que ficou fora das análises.

González destacou em sua obra o papel ativo das mulheres negras na sociedade escravista em contraposição às representações hegemônicas que problematiza<sup>74</sup>. Ainda que ela tenha se baseado na atuação de figuras que não tinham sido objetos de estudos aprofundados da historiografia no momento em que produziu os seus textos, a intelectual destacou as ações da população negra em resposta aos conflitos que aconteceram ao longo da escravidão e no pós-abolição. Ela salienta a presença das mulheres nos espaços e nas disputas imbricadas nesses processos. Além disso, é notável a ênfase dada às histórias sobre a formação dos quilombos assim como, também, sobre a trajetória de figuras como Luiza Mahim. Mulher que teria vivido no início do século XIX e ficou conhecida como a mãe do abolicionista Luiz Gama<sup>75</sup>. Ainda que sejam extensos os debates acerca da figura dessa personagem e não existam indícios históricos suficientes que atestem a existência ou a inexistência de Luiza Mahim, o destaque dado a essa mulher é notável. Principalmente, por se tratar de um contexto no qual a história da população negra ainda não teria o acúmulo que conta nos tempos atuais. Assim como o imaginário criado acerca de Zumbi e do Quilombo dos Palmares, o ato de trazê-la para o palco da história pode ser compreendido como uma estratégia do movimento negro brasileiro de releitura da memória coletiva<sup>76</sup>.

As respostas das mulheres negras à conjuntura de exploração não são tão evidentes nas análises que Beatriz Nascimento realizou. A intenção principal desta autora se restringiu à elaboração de recursos que pudessem auxiliar a compreensão sobre a situação das mulheres negras no mercado de trabalho do século XX e o racismo como determinante das dificuldades de ascensão social. Um aspecto fundamental da produção empreitada pelas intelectuais negras nesse período através da qual, de forma inovadora, tornaram-se as principais responsáveis pela produção e circulação de dados estatísticos sobre as desigualdades de raça e gênero no

---

<sup>73</sup> NASCIMENTO, Beatriz. *A mulher negra e o amor*. In: RATTIS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza; São Paulo: Imprensa Oficial. p 126, 129.

<sup>74</sup> GONZALES, Lélia. *A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica*. p. 37.

<sup>75</sup> Idem, p. 36.

<sup>76</sup> Aline Najara Gonçalves trata dessa questão a fundo em sua dissertação de mestrado. GONÇALVES, Najara. *Luiza Mahim entre a ficção e a História*. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens). Universidade do Estado da Bahia, 2010.

mercado de trabalho<sup>77</sup>. No entanto, a historiadora aborda a resistência negra como um dos principais temas das pesquisas que sobre os quilombos<sup>78</sup>. Para além desses apontamentos, o tópico mais importante a se destacar em relação à obra dessas pensadoras, é a enunciação sobre como a História e as memórias têm criado definições sobre as mulheres negras<sup>79</sup>.

Luiza Bairos também apresentou uma análise importante acerca das mulheres negras no trabalho doméstico. Para a cientista social, por mais que as trabalhadoras desse setor sejam vistas como economicamente exploradas, elas têm um ponto de vista privilegiado das ações e da cultura dominante. Elemento que não deve ser interpretado apenas como subordinação, pois confere uma perspectiva diferenciada das mulheres negras acerca das contradições que envolvem a realidade social<sup>80</sup>.

Assim como Bairos, outras intelectuais negras brasileiras também lançaram reflexões importantes acerca do tema, ainda que não estivessem dialogando diretamente com os estudos históricos. A desigualdade e o sexismo no mundo trabalho foram assuntos tratados pensadoras como Sueli Carneiro<sup>81</sup> e Maria Aparecida Bento<sup>82</sup>.

---

<sup>77</sup> RIOS, Flávia Matheus. *Elite política negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, 2010. p. 146.

<sup>78</sup> NASCIMENTO, Beatriz. *Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso*. In: RATTTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza; São Paulo: Imprensa Oficial. p. 102 - 106.

<sup>79</sup> SMITH, Christen. *Lembrando Beatriz Nascimento: quilombos, memória e imagens radicais*. In: CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flávia Magalhães (Org). *Pensadores negros, pensadoras negras: séculos XIX e XX*. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. p. 373.

<sup>80</sup> BAIROS, Luiza. *Nossos feminismos revisitados*. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 458-463, 2. sem. 1995. p. 410.

<sup>81</sup> CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo, Selo Negro, 2011.

<sup>82</sup> BENTO, Maria Aparecida Silva. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, 2002.



Imagem 3. Cafusa, 1869. Arquivo Brasileira Fotográfica.

A produção dessas mulheres revela que, paralelamente às transformações que passaram a ocorrer na historiografia brasileira a partir da década de 1980, existia também um movimento de intelectuais que questionavam a representação do negro na História do Brasil<sup>83</sup>. De modo que não são estranhos os pontos de convergência entre ambas as discussões, como a ênfase na questão da agência. Essas conexões indicam que, de certa forma, a produção e os debates que essas intelectuais ativistas pautaram na esfera pública dialogam com o desenvolvimento dos estudos sobre a mulher negra na historiografia. Não é à toa que as temáticas relacionadas às lutas em torno da manutenção da família, da integridade física e psicológica dos filhos, por exemplo, emergiu como uma questão importante nos estudos sobre a escravidão<sup>84</sup>. Assim como os atos de recusa ao trabalho perante a possibilidade de serem separadas dos seus familiares, as tentativas de envenenamento de senhores, viabilização de

---

<sup>83</sup> NASCIMENTO, Beatriz. *Por uma história do homem negro*. In: RATTI, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza; São Paulo: Imprensa Oficial. p. 93, 97. Abdias do Nascimento fez apontamentos importantes sobre esse processo. NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo: documentos para uma militância pan-africanista*. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: IPEAFRO, 2019. p. 287.

<sup>84</sup> COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravatura nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

fugas das fazendas, o pioneirismo nos processos de emancipação<sup>85</sup> e outros temas que, hoje, compõem a agenda da historiografia brasileira.

Contudo, algumas observações importantes que essas intelectuais negras enunciaram a partir da década de 1970 ainda não foram exploradas devidamente. O questionamento em relação ao imaginário acerca da trabalhadora negra ao longo do processo de emancipação e do pós-abolição é uma delas. Tema que ainda precisa ser aprofundado na historiografia.

---

<sup>85</sup> FARIAS, Sheila Siqueira de Castro. *Sinhás Pretas, damas mercadoras*: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rei.

## Capítulo II - O mundo das comuns: aspectos da vida das trabalhadoras em Campinas e região (1876-1882)

### 2.1 Presença negra em Campinas na segunda metade do século XIX

A região de Campinas passou a crescer significativamente devido à produção de açúcar, desde os anos finais do século XVIII. Processo marcado pela expansão do número de *plantations* e a intensificação do tráfico de escravizados. Contudo, foi no século XIX que ocorreu o ápice da economia dessa região, quando a produção do gênero passou a perder espaço para o plantio do café entre os anos 1840 e 1860<sup>86</sup>.

Além de transformar as formas de trabalho no campo, o impacto da economia cafeeira impulsionou o desenvolvimento do espaço urbano dessa localidade que ficou conhecida como “capital agrícola da província”. A partir da década de 1850, Campinas viveu um processo intenso de urbanização que contou com a construção de teatros, ferrovias, fábricas, entre outras ações que transformaram e reformularam os espaços públicos. O que ampliou a rede de prestação de serviços e, conseqüentemente, o número de homens e mulheres dedicados às atividades urbanas<sup>87</sup>.

A demografia da região também foi impactada por esse processo. O aprofundamento dessa atividade agrícola fez com que a região concentrasse um grande número de pessoas escravizadas. De forma que, era urgente para a municipalidade a discussão sobre as formas de suplantar esse contingente dos lugares visíveis, pois ele não condizia com os anseios que pautavam a reorganização do espaço urbano<sup>88</sup>.

Essa aspiração caminhou ao lado dos projetos de imigração que estavam sendo debatidos em âmbito imperial desde a década de 1830 e tinham como mote principal a “substituição” do trabalho livre pelo trabalho escravo, preocupação que não dizia respeito, apenas, a uma questão demográfica e de falta de braços para o trabalho livre. A introdução de imigrantes brancos no país fazia parte dos interesses de muitos agentes políticos que atuaram no século XIX<sup>89</sup>.

Em meio a um conjunto de mecanismos emergentes para controlar os trabalhadores, essas medidas apresentavam-se, também, como possíveis soluções para remediar situações de

---

<sup>86</sup> SLENES, Robert. *Na Senzala uma flor: recordações na formação da família escrava*, p. 79.

<sup>87</sup> LAPA, Amaral. *A cidade: cantos e antros*. São Paulo: Editora da USP; Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 20, 21, 22.

<sup>88</sup> Idem, p.21.

<sup>89</sup> AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – Século XIX*, p. 120

conflito oriundas da organização do trabalho e da desarticulação das relações de poder vigentes até então. Momento em que as hierarquias sociais foram abaladas, devido a derrocada da escravidão na segunda metade do século XIX. Movimento perceptível a partir da disseminação de rebeliões, greves, proibição do tráfico, criação de leis abolicionistas, do aumento expressivo no número de negros e negras livres libertos, por exemplo<sup>90</sup>.

Nesse contexto, a população de pretos e pardos na cidade de Campinas correspondia, aproximadamente, a 56% do total de habitantes. Os brancos correspondiam a 39% e os caboclos a 5%<sup>91</sup>. Sendo a maioria, a presença negra na região gerava temor às autoridades, principalmente, depois da Revolução do Haiti, seguida do aumento expressivo no número de revoltas. E, sobretudo, pelo perigo que poderiam apresentar vivendo em liberdade<sup>92</sup>.

Na cidade, os livres correspondiam à metade da população. Sendo que, os homens e mulheres negras representavam 24% desse total<sup>93</sup>. Número um tanto quanto tímido quando comparado à quantidade de pessoas de cor em situação de liberdade no império, mas que deve ser visto à luz do sucesso e da aceleração das políticas imigrantistas para a Província de São Paulo que já estavam consolidadas na década de 1880<sup>94</sup>.

Assim como em outras regiões do império, a emancipação das mulheres negras foi bem sucedida na região de Campinas e maior, quando comparada com o protagonismo masculino na obtenção das alforrias. Contudo, de acordo com os dados do censo de 1872, o número de mulheres e homens negros e livres não difere muito. As primeiras totalizam 2.061 indivíduos do grupo de livres e os segundos 2.317.<sup>95</sup> Ainda assim, a quantidade de mulheres nessa condição é relevante, pois entre a população escravizada elas eram a minoria. Fator que não nos deixa dúvida sobre a notoriedade desse grupo na região. Essas que, em maioria, atuavam no mercado de trabalho da cidade e sobre as quais pretendo apresentar algumas informações a seguir.

## **2.2. O que a documentação hospitalar tem a dizer sobre trabalhadoras negras?**

O processo de urbanização e ampliação do espaço da cidade de Campinas foi acompanhado pelo aumento do número de homens e mulheres que passaram a circular e a

---

<sup>90</sup> LAMOUNIER, Maria Lúcia. Formas de transição da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879. (Dissertação) Mestrado em História. Universidade Estadual de Campinas, 1986. p. 12

<sup>91</sup> BASSANEZI, M. S. C. B. (Org.) *São Paulo do passado: dados demográficos*. p. 37. p. 83

<sup>92</sup> AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – Século XIX*, p. 107.

<sup>93</sup> BASSANEZI, M. S. C. B. (Org.) *São Paulo do passado: dados demográficos*. p. 355.

<sup>94</sup> AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – Século XIX*, p. 139.

<sup>95</sup> BASSANEZI, M. S. C. B. (Org.) *São Paulo do passado: dados demográficos*. p. 355.

instalarem-se nas redondezas para atender às novas demandas decorrentes da expansão do setor de serviços. Oriundos(as) de diversas regiões do mundo atlântico, fossem esses indivíduos livres, libertos ou escravizados, eles compunham o contingente expressivo de trabalhadores e trabalhadoras que compartilhavam com as elites o espaço citadino em ascensão.

Entre negociações e conflitos, o grupo dominante estava empenhado na implementação da “modernização” na região de acordo com os padrões burgueses e europeus vigentes<sup>96</sup>. Um grande desafio e uma aparente contradição em uma sociedade balizada por hierarquias sociais complexas e marcadas pelo escravismo. A edificação do anseio moderno exigia esforços da iniciativa privada e, principalmente, atenção da administração pública que se incumbiu cada vez mais em gerir a organização do espaço urbano sob a *ideologia da higiene*. De acordo com Chalhoub, ela foi apresentada de uma forma “científica”, supostamente “neutra”, acima dos interesses particulares e dos conflitos sociais, em geral, na gestão dos problemas da cidade e das diferenças sociais nela existentes. Meios pelos quais seriam administradas a desigualdade social e a pobreza contrastantes com os pressupostos da urbanidade inovadora<sup>97</sup>. Consequentemente, os corpos e situações abjetas à sociedade passaram a serem vistos e geridos por uma racionalidade que os concebia como possíveis focos de problemas e/ou ameaça à ordem e à moral pública.

Foi incumbida aos profissionais da medicina a função de produzir saberes a partir dos quais a municipalidade deveria se debruçar para produção de políticas públicas e de planejamento urbano. De forma que, na região de Campinas, assim como em outras localidades do Império, é notável e expressiva a presença de médicos e profissionais da área da saúde ocupando cargos políticos municipais em posições decisórias e de mando<sup>98</sup>. Além do trabalho de assessoria aos saberes e poderes políticos, os médicos eram um expoente considerável entre os agentes do Estado, sendo muitos deles estrangeiros, formados na Europa

---

<sup>96</sup> LAPA, Amaral. *A cidade: cantos e antros*. p.20

<sup>97</sup> A ideologia da higiene foi a motivadora do processo de expulsão dos pobres das áreas centrais das cidades brasileiras, como no caso do Rio de Janeiro, ocorrido desde o século XIX. CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 41.

<sup>98</sup> Amaral Lapa lista pelo quinze desses médicos atuantes em Campinas em cargos municipais ou em assessoria ao poder público. LAPA, Amaral. *A cidade: cantos e antros*. São Paulo: Editora da USP; Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 271, 272. Podemos encontrar entre eles o doutor Ricardo Gumbleton Daunt, homem famoso por suas posições conservadoras na política e pouco afeito à população pobre e negra, à qual se referia com expressões racistas. Além de vereador, o médico era escritor e publicou vários um número considerável de ensaios nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasil Brasileiro e de São Paulo. Pouco tem sido destacados pela historiografia os seus posicionamentos racistas. Para mais informações, consultar a biografia: ALANIZ, Anna Gicelle Garcia. *Dr. Ricardo Gumbleton Daunt: O Homem, O Médico e a Cidade* (Campinas, 1843-1893). Tese de Doutorado em História. Universidade de São Paulo, 1999.

ou nos Estados Unidos durante o começo do século XIX. Regiões que, no período, foram precursoras na produção intelectual que enfocou a formulação das teorias raciais, assim como das ideias que balizaram as diferenciações de gênero e classe social<sup>99</sup>. Dessa maneira, esses foram os responsáveis em sanar as preocupações das elites locais e por produzir medidas de disciplinamento da população.

A disseminação de sucessivas epidemias de febre amarela, varíola e cólera que assolaram a cidade de Campinas ao longo da segunda metade dos anos oitocentos impactou de forma negativa o processo de expansão urbana, além de ter agravado e multiplicado as medidas de controle. Ações que visavam o combate à insalubridade, a promoção da higiene e da moralidade pública em âmbito imperial e local. Na capital, foi criada a Junta Central de Higiene Pública, em 1850<sup>100</sup>, acompanhada de um conjunto de políticas que tiveram como objetivo tornar o ambiente urbano agradável para uma parte seleta da população. Medidas que definiram as condições de vida, moradia e trabalho de pobres livres, libertos e escravizados. Em âmbito local, foram criadas as comissões de higiene nas províncias que ficaram a cargo das Câmaras Municipais e, posteriormente, foram nomeados inspetores responsáveis pela fiscalização da saúde pública, como foi o caso da Província de São Paulo. A necessidade de organização de políticas públicas nesse setor culminou na instituição de inspetorias de higiene nas províncias que contavam com fiscais, inspetores, delegados e uma polícia sanitária a exemplo do que ocorria na Corte em maior proporção. Sendo que, entre as tarefas de inspeção dos policiais, incluía-se a certificação de que as residências não abrigavam vadios, estrangeiros em situações irregular e pessoas “suspeitas” ou que causassem “desconfianças” e “receios”<sup>101</sup>. Era nítida a disseminação dos meios de controle social.

Datam desse período, também, a formação de órgãos responsáveis pelo saneamento básico, canalização dos córregos, rios e etc. Todas elas entidades responsáveis pela “administração” do contingente humano e por dar conta de camuflar o aspecto comprometedor do progresso: a pobreza. Paralelamente a esse movimento, as instituições de caridade foram se multiplicando ao longo do período, a exemplo da criação dos asilos de morféticos, de órfãos e de leprosos, todas voltadas para sanar problemas causados pela epidemia e isolar corpos doentes que pudessem comprometer a moral pública ou serem

---

<sup>99</sup> Stephen Jay Gould trata esses estudos e pesquisas de maneira crítica e minuciosa. GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

<sup>100</sup> Estabelecida pelo decreto 598 de 14 de setembro de 1850. Em 1886, a Junta Central de Saúde Pública foi substituída pelo Conselho Superior de Saúde Pública. Para mais informações, consultar as obras referenciadas e/ou o site do Arquivo Nacional. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/357-junta-de-higiene-publica>. Acesso em: Janeiro, 2019.

<sup>101</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, p. 35.

comprometidos pelos vícios da rua. A fundação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas também aconteceu levando em consideração esses pressupostos<sup>102</sup>. Ela foi um dos principais agentes responsáveis pela administração dos cemitérios, hospitais destinados aos pobres, entre outros serviços.

Instituição de origem portuguesa, a Santa Casa de Campinas foi fundada em 1871 pelo cônego Joaquim José Vieira que iniciou os trabalhos sociais da irmandade a partir da criação do Hospital de Caridade. Acompanhando o processo de urbanização e expansão da região, a constituição do órgão esteve diretamente relacionada à onda de implementação das políticas sanitaristas. Naquele momento, a entidade tinha finalidades filantrópicas e o objetivo de suprir um público carente e mal atendido pelas enfermarias particulares. A iniciativa foi tão bem sucedida que o Hospital de Misericórdia da Santa Casa de Campinas se tornou a maior enfermaria da região até os anos 1950. Ao longo do primeiro ano de funcionamento, o hospital recebeu 236 enfermos, sendo 147 pobres, 80 escravos e 9 pensionistas. No ano seguinte, esse número subiu para 322 enfermos, sendo 190 pobres, 116 escravos e 16 pensionistas, o que aponta para o crescimento expressivo do número de enfermos que utilizavam o serviço ao longo dos anos<sup>103</sup>.

Como consequência desse trabalho, a instituição reuniu informações valiosas em seus arquivos históricos. Fragmentos de algum momento da vida de indivíduos comuns que faziam parte da cidade. Ao longo dos anos foi produzida uma vasta documentação sobre os enfermos que inclui livros de entrada do hospital, saída, doenças, entre outros. De forma que, os registros da Irmandade nos permitem reconstituir aspectos da vida da população pobre residente em Campinas e região. Os livros de matrícula dos doentes são um bom exemplo nesse sentido. Eles reúnem informações sobre os pacientes que deram entrada no Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas e cobrem boa parte do período no qual a febre amarela assolou a localidade. Momento em que o ambulatório se tornou um lugar de passagem obrigatória para a maior parte da população da região. Podem ser extraídas dessa documentação dados quantitativos e qualitativos como nome, cor, condição social, residência, profissão, estado civil, entre outros dados importantes sobre a vida cotidiana, de mulheres e homens de Campinas e região.

Além dos residentes da cidade, o hospital foi utilizado, também, pelos(as) moradores(as) dos arredores: Indaiatuba, Itapetininga, Itatiba, Itu, Jundiá, Jacareí, Amparo,

---

<sup>102</sup> LAPA, Amaral. *Cidade: os cantos e os antros*, p. 218; 221; 224.

<sup>103</sup> ROCHA, Leila Alves. *Caridade e poder: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas (1871-1889)*. Dissertação (Mestrado em Economia), Unicamp, 2005. p. 112.

Limeira, Mogi das Cruzes, Monte Mor, Pedreiras, Petrópolis, Piracicaba, Pirassununga, Ribeirão Preto, Rio Claro, Rio das Pedras, Santa Bárbara, São Paulo, Serra Negra, Valinhos e etc. Indivíduos naturais de diversas regiões do continente africano, Alemanha, Argentina, Bolívia, Espanha, França, Inglaterra, Itália, Portugal, Holanda, Irlanda, Canadá, Paraguai e Estados Unidos recorreram ao hospital para resolver problemas de saúde. Dessa forma, é possível observar as características demográficas dos(as) habitantes da cidade assim como dos(as) viajantes e trabalhadores(as) que por lá passaram no final do século XIX. Informações que revelam, também, aspectos importantes para o entendimento das configurações demográficas do Oeste Paulista em termos gerais.

Além de dados sobre os(as) desvalidos(as), também é possível encontrar registros sobre os(as) pensionistas. Pessoas que, de acordo com Leila Alves Rocha, eram os(as) pacientes que possuíam condições financeiras melhores e podiam pagar pelo leito em quartos separados. No período analisado, eles(as) correspondiam à 2% do total de enfermos<sup>104</sup>.

Entre os anos de 1876 e 1882, período focado por essa pesquisa, foram produzidos registros sobre 1.824 pacientes que deram entrada no hospital<sup>105</sup>. Sendo que, em 1872, a cidade de Campinas contava com 31.397 habitantes. Os dados disponíveis referentes a esse intervalo nos oferecem elementos sobre, aproximadamente, 6% do total da população da região<sup>106</sup>. Número que pode crescer para 39%, se somado às informações presentes nos outros livros de matrículas e de listagem das doenças que contém anotações até o ano de 1892<sup>107</sup>. É certo que esses dados precisam ser cruzados, comparados de maneira minuciosa em sua totalidade. E, sem dúvidas, esse fator irá acarretar em uma queda no número de pessoas registradas. Visto que, não se descarta a possibilidade da existência de indivíduos que deram entrada no hospital mais de uma vez, por exemplo. Ainda assim, tem-se à disposição um conjunto rico de elementos para avaliação e análise.

A partir da documentação é possível acessar informações importantes sobre a vida de mulheres pobres livres, libertas e escravizadas que ficaram doentes em algum momento da vida. Desses 1.824 pacientes apontados, 417 eram mulheres, o que corresponde a 23% dos enfermos registrados no total<sup>108</sup>. Quando comparado ao número de mulheres residentes na

---

<sup>104</sup> MATRÍCULAS de Enfermos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Arquivo do Centro de Memória UNICAMP, 1876–1882. Livro 1.

<sup>105</sup> MATRÍCULAS de Enfermos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Arquivo do Centro de Memória UNICAMP, 1876–1882. Livro 1.

<sup>106</sup> BASSANEZI, M. S. C. B. (Org.) *São Paulo do passado*: dados demográficos. p. 37.

<sup>107</sup> Esse levantamento foi realizado para a minha pesquisa de mestrado.

<sup>108</sup> MATRÍCULAS de Enfermos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Arquivo do Centro de Memória UNICAMP, 1876–1882. Livro 1.

cidade de Campinas, o número de enfermas é um pouco menor, pois, de acordo com o censo de 1872, elas correspondiam a 41% do total da população da cidade<sup>109</sup>. Ainda que elas fossem a minoria quando observado o número total de habitantes, esse fator me leva a supor a existência de elementos que tornavam o acesso dos homens mais recorrentes ao serviço de saúde. Questão que pode ser investigada em pesquisas futuras.

Como para outros pacientes registrados no livro de matrícula, é possível levantar informações sobre as profissões dessas mulheres, elemento que diz respeito à atuação delas no mercado de trabalho. A compilação desses dados permitiu a identificação da profissão de 86% do total de enfermas. Fato que indica a participação expressiva delas nas atividades que empregavam a população no período. Apenas 12% das mulheres registradas não tiveram a profissão identificada na documentação do Hospital de Misericórdia da Santa Casa de Campinas e uma criança foi apontada como menor de idade no campo destinado à descrição da profissão. Ela contabiliza 2% do total de mulheres<sup>110</sup>.

Os dados sobre a condição social são menos recorrentes quando comparados às outras informações contidas no livro. Isso acontece para as mulheres livres, mas, principalmente para as mulheres libertas. As primeiras contabilizam, aproximadamente, 10% e as segundas 1%<sup>111</sup>. Números que estão em descompasso com a população de mulheres livres, pois, de acordo com o censo, nós sabemos que, em 1872, o total de mulheres que possuíam responsabilidade legal sobre si era correspondente à 25% da população geral<sup>112</sup>. O mesmo recenseamento não contabiliza a população liberta, então, não é possível comparar o número de mulheres libertas que aparecem na fonte com o número real dessa população na cidade.

As mulheres com a condição social não identificada totalizam 48% do total de enfermas, a maioria delas é registrada como *pobre*. Matheus Albino, demógrafo que também estudou essa documentação, classificou como *livres* todas as pessoas descritas como pobres no campo *remetente* – espaço em que se especifica quem era a pessoa responsável pelo (a) enfermo (a)<sup>113</sup>. No entanto, eu não adotei o mesmo método, pois é possível que grande parte desse contingente seja de libertas (os). De acordo com Slenes, os números da escravidão em Campinas decaíram 50% a partir da segunda metade do século XIX<sup>114</sup>. Fenômeno que não

---

<sup>109</sup> BASSANEZI, M. S. C. B. (Org.) *São Paulo do passado*: dados demográficos. p. 40.

<sup>110</sup> MATRÍCULAS de Enfermos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Arquivo do Centro de Memória UNICAMP, 1876–1882. Livro 1.

<sup>111</sup> Idem.

<sup>112</sup> BASSANEZI, M. S. C. B. (Org.) *São Paulo do passado*: dados demográficos. p. 313.

<sup>113</sup> ALBINO, Matheus. *Revelando a doença e a morte*: morbidade e mortalidade em Campinas, 1875-1900. Dissertação (Mestrado em Demografia). Universidade Estadual de Campinas, 2020. p. 71

<sup>114</sup> SLENES, Robert. *Na senzala uma flor*: esperanças e recordações na formação da família escrava. p. 79.

deixa dúvidas acerca da presença da população liberta na região e faz da ausência desses indivíduos na documentação histórica tratada por essa pesquisa um ponto para ser compreendido e aprofundado em estudos posteriores.

As mulheres escravizadas estão identificadas com a palavra *escrava e/ou* é destacado no livro que elas estão no hospital sob a responsabilidade de algum senhor ou senhora de engenho. Elas contabilizam 41% das enfermas<sup>115</sup>. De forma que, na cidade, elas representavam 15% dos habitantes<sup>116</sup>.

As informações sobre a cor da pele das pacientes também possuem o mesmo aspecto dos dados sobre condição social. Para o período analisado, apenas 16% do total de pacientes tiveram a cor registrada<sup>117</sup>. Ainda não tenho pistas suficientes para inferir hipóteses sobre as motivações que levaram a essa oscilação no preenchimento desse quesito. Contudo, o cruzamento das informações com o conteúdo de outras fontes produzidas pelo hospital pode qualificar e aumentar o número de pessoas sobre as quais podemos saber a cor da pele. Em análise preliminar, pude observar que as informações sobre alguns pacientes se repetem nos livros de registro das enfermarias, de forma que, alguns dados são adicionados. Em muitos desses casos, a anotação sobre a cor da pele dos doentes aparece pela primeira vez. Sendo assim, um cruzamento minucioso entre esses dois conjuntos documentais pode proporcionar mais informações nesse sentido.

Esses livros são janelas a partir das quais podemos acessar informações fundamentais sobre a população naquele período. Por mais que existam algumas dificuldades a respeito da obtenção de certos elementos, como a cor, é possível mobilizar recursos para contornar as situações mais complicadas e recorrentes nas pesquisas que enfocam a vida da população negra emancipada. De forma que, alguns silêncios acerca da presença das mulheres negras no mundo do trabalho podem ser contornados com o estudo dessa fonte. Sendo assim, o Registro de Matrícula dos Enfermos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas tem questões relevantes e pode contribuir para pesquisas que priorizem a história dos trabalhadores e das trabalhadoras. Mesmo que ele não seja o tipo de documento com o qual nos acostumamos a lidar para realização de estudos dessa envergadura.

---

<sup>115</sup> MATRÍCULAS de Enfermos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Arquivo do Centro de Memória UNICAMP, 1876–1882. Livro 1.

<sup>116</sup> BASSANEZI, M. S. C. B. (Org.) *São Paulo do passado: dados demográficos*. p. 37

<sup>117</sup> MATRÍCULAS de Enfermos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Arquivo do Centro de Memória UNICAMP, 1876–1882. Livro 1.

### **2.3. Para romper com alguns silêncios: registros sobre a cor das trabalhadoras em uma fonte histórica**

Realizar estudos sobre a população negra no século XIX consiste em contornar alguns desafios. Entre eles, o sumiço do registro sobre a cor. Essa adversidade torna-se ainda mais problemática quando está relacionada aos estudos que enfocam a população não cativa ou que abordem o período posterior à abolição da escravatura.

De acordo com Hebe Mattos, o desaparecimento dessa informação na documentação histórica produzida na região sudeste se deu em meados da metade do século XIX. A ausência do registro sobre cor está associada a uma série de fatores que atravessaram aquela sociedade. Entre eles, podemos destacar o processo de branqueamento da população impetrado pelas políticas governamentais.

Além disso, o sumiço da cor nas fontes também se deu pelo crescimento significativo do número de homens e mulheres negras no mundo dos livres. Processo que impactou a distribuição de trabalhadores (as) negros (as) no mundo do trabalho livre ao longo dos últimos momentos do escravismo no Império. Desde o período colonial, o Brasil ocupa um lugar de destaque no que diz respeito à condição social da população negra quando comparado às outras regiões do continente americano. A América Portuguesa foi um dos locais em que mais foram emitidas alforrias onerosas durante todo o período escravista<sup>118</sup>.

No século XIX, o crescimento no número de negros livres e dos brancos pobres era ainda mais expressivo. De forma que, a associação da liberdade à população branca e à propriedade escrava foi enfraquecida. Esse processo acabou esvaziando os significados de ser branco como uma qualificação isolada de status social e, também, foi determinante para o surgimento da ausência de cor em parte da documentação histórica<sup>119</sup>.

Nesse cenário, o livro de Registro da Matrícula dos Enfermos do Hospital de Misericórdia da Santa Casa de Campinas se destaca, pois contém anotações sobre a cor de boa parte dos pacientes que deram entrada no hospital. Em conjunto com os dados disponíveis acerca da condição social dos indivíduos, das profissões e do gênero são possíveis outras análises sobre o perfil de trabalhadoras e trabalhadores negros livres e libertos.

De acordo com as informações do censo de 1872, 84,7% dos habitantes do Império eram livres e 15,2% escravizados. Os livres de cor totalizavam 42,7% da população, de forma que 74% do total de pessoas negras já não eram mais escravizadas na segunda metade do

---

<sup>118</sup> MATTOS, Hebe. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX). p. 105; 107.

<sup>119</sup> Idem, p. 3; 41; 106 e 107.

século XIX. Em um contexto no qual a composição racial da população do período correspondia a 38,1% dos indivíduos identificados como brancos (as), 19,6% como pretos (as), 38,2 % como pardos (as) e 3,9% indígenas<sup>120</sup>.

O oeste paulista foi responsável por demandar a maior parte da população africana escravizada ilegalmente entre 1831 e 1850, além de ter abrigado os compradores que mais investiram no tráfico interno após a abolição do tráfico Atlântico<sup>121</sup>. Conseqüentemente, a região sudeste contava com um número significativo de homens e mulheres negras. Sendo que uma parte considerável dessa população era livre ou passou a ser liberta. De acordo com Ana Flávia Magalhães Pinto, na Corte os negros correspondiam a 26,65% da população livre, por exemplo. Na capital da Província de São Paulo, a população de cor que vivia legalmente por si correspondia a 25%<sup>122</sup>.

Na região atendida pelo Hospital da Santa Casa de Misericórdia, a situação não era muito diferente. Os dados não deixam dúvidas de que a absorção dos negros no mundo dos livres foi um processo inevitável nessa parte da província assim como em outras regiões do Brasil. Ao longo do processo, as mulheres negras obtiveram posições de destaque.

A historiografia tem apontado que as africanas e crioulas escravizadas, assim como as libertas, ocuparam lugares notórios no que se refere às posições sociais e econômicas. Mesmo representando um número menor em relação aos homens, foram elas que se emanciparam em maior número<sup>123</sup>. Esse fator conferiu uma representação importante para esse grupo no universo do trabalho livre, principalmente nas cidades. Nesses locais, elas eram predominantes nas profissões ligadas à venda de gêneros alimentícios e amuletos<sup>124</sup>. De

---

<sup>120</sup> CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. p. 229.

<sup>121</sup> Idem, p. 35.

<sup>122</sup> PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. p. 32

<sup>123</sup> FARIAS, Sheila Siqueira de Castro. *Sinhás Pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rei*. Tese (Concurso para professora titular em História). Universidade Federal Fluminense, 2004. Texto cedido, gentilmente, pelo professor Aldair Rodrigues. Ao apresentar as formas de obtenção de alforrias que entreviu como possíveis, Mary Karasch aponta para o sucesso das escravizadas no comércio urbano do Rio de Janeiro e sugere que essa articulação foi fundamental para que um contingente importante de mulheres de cor obtivesse a liberdade. KARASCH, Mary, C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Maria Odila Silva Dias destaca a presença das quitandeiras no cenário urbano de São Paulo, na primeira metade do século XIX. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995. Em um estudo sobre alforrias em Campinas, Peter Eisenberg, além de destacar o protagonismo feminino na obtenção de cartas de alforria, também, reconhece a participação expressiva de mulheres negras no pequeno comércio. EISENBERG, Peter. Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. In: *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – século XVIII e XIX*. - São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1989. p. 255-314.

<sup>124</sup> Wissembach e Machado também teceram considerações importantes sobre o tema nos respectivos textos: WISSENBACH, Maria C. C. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998. MACHADO, Maria Helena P. T. *Sendo cativo nas ruas: a escravidão urbana*

acordo com Sheila de Castro Farias, a presença das mulheres de cor nesse espaço de trabalho era marcante ao ponto das mulheres brancas passarem a abandonar o comércio ambulante ainda no período colonial<sup>125</sup>.



Imagem 1. Vendedora de Frutas, 1869. Arquivo Brasileira Fotográfica.

Os postos dos demais tipos de trabalho demandados por um mercado de prestação de serviços e cuidados em ascensão também eram marcados pela presença das mulheres negras. Em especial, aqueles que diziam respeito aos trabalhos de cuidado e domésticos<sup>126</sup>. Contudo, ainda são poucas informações sobre o quadro mais amplo, porém detalhado, da composição racial do mundo do trabalho livre. Não existem estudos suficientes para que seja inferidas informações mais precisas sobre quem seriam, como estariam localizadas e quais seriam as outras profissões exercidas pelas mulheres negras que compuseram as primeiras fileiras do trabalho não escravo no Brasil<sup>127</sup>. Alguns silêncios e falta de respostas em relação a esses

---

na cidade de São Paulo. (Apêndice da segunda edição). In: *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2014. p. 167-218.

<sup>125</sup> FARIAS, Sheila de Castro. *Mulheres forras: riqueza e estigma social*. p. 75, 76 e 77.

<sup>126</sup> Sandra Graham, também, realizou estudos importantes sobre o tema enfocando a regulação do trabalho doméstico na Corte. GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro. 1860- 1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Flávia Fernandes de Souza também realizou pesquisas sobre o assunto priorizando as relações desse processo de regulação com a criação dos mecanismos de controle para conter a população negra emancipada. SOUZA, Flávia Fernandes de. *Criados, escravos e empregados: serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, 2017. A historiadora Lorena Telles abordou a esfera do trabalho doméstico na cidade de São Paulo a partir atuação da presença das mulheres libertas nesse setor. TELLES, Lorena Fêres da Silva. *Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880 - 1920)*. São Paulo: Alameda, 2014.

<sup>127</sup> NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”*: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. p. 611.

questionamentos já foram rompidos. Contudo, os desafios postos pelas fontes ainda têm dificultado o acesso a mais informações sobre essas trabalhadoras.

Os dados contidos no Registro de Matrícula de Enfermos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas são recursos importantes para romper com alguns desses silêncios. A fonte permite dar nome, idade, origem, residência, profissão entre outras características que perpassam essas existências de mulheres pobres. Na ausência de dados demográficos mais precisos, as informações presentes em um tipo de fonte dessa natureza permitem detalhar a composição racial do conjunto de profissões que caracterizam o trabalho livre. Isso abre caminho para compreensão da organização dos mundos do trabalho para além da escravidão. A análise dessa fonte de forma quantitativa permite o entendimento de outros mais aspectos das estruturas de opressão enfrentadas pelas mulheres negras<sup>128</sup>. Sendo assim, apresento o levantamento geral dos dados referentes às mulheres que estão registrados no primeiro livro de Registro da Matrícula dos Enfermos da Santa Casa de Campinas nas próximas sessões.

Vale ressaltar que as notas sobre o ano de 1876 se iniciam no mês de outubro, o que tornou um pouco menor o número de dados colhidos para o período, em relação aos outros anos que contam com os doze meses completos. Os registros referentes ao ano de 1882, também, formam um conjunto menor de informações pelo mesmo problema. Os dados sobre esse ano começaram a ser registrados na última página do livro, o que nos revela, apenas, uma amostra do quadro de pacientes que deram entrada no hospital no mês de janeiro. É válido ressaltar que os anos 1877, 1878, 1879 e 1880 revelam as anotações sobre 327 pacientes a cada ano e em média.

#### **2.4. Mulheres (in)visíveis: trabalhadoras pobres e não escravizadas em tempos de cativoiro**

O trabalho e o trabalhador livre foram alguns dos principais problemas a serem contornados pelas elites e pelos governantes ao longo de todo século XIX. Universo do qual as mulheres faziam parte, por mais que fossem apresentadas, na maioria das vezes, a partir de termos implícitos às referências sobre trabalhadores nacionais, libertos ou ex-escravos<sup>129</sup>. A partir da análise da documentação da Santa Casa de Campinas, pode-se observar como os

---

<sup>128</sup> SLENES, Robert W. *Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora?*. p. 176.

<sup>129</sup> AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – Século XIX*. p. 52.

desdobramentos dessas ações se sucederam na configuração do mundo do trabalho das mulheres.

Dos pacientes identificados no registro de matrículas dos enfermos da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, 56% eram mulheres na condição não escravizadas, o que corresponde a 235 enfermas<sup>130</sup>. Ao pormenorizar a análise desse número, é possível observar mais aspectos dessa população e dos processos históricos do período.

Em relação ao quadro total de enfermas que tiveram a entrada registrada no hospital, as mulheres “brancas” correspondiam a 9%. As “fulas” equivalem a 0,7%. O número de “mulatas” é um pouco maior e totaliza, aproximadamente, 2% das doentes. As “pardas” exprimem 1% das mulheres e as “pretas” representavam 4% do total. As diretamente mencionadas como “negras” representam 8% das pacientes. Número próximo à porcentagem de mulheres brancas identificadas, mas que pode aumentar com o cruzamento das informações dos outros livros que registravam informações sobre os pacientes<sup>131</sup>.

É certo que a presença de mulheres brancas se torna crescente na região devido à aceleração das políticas de imigração europeia, como aponta Célia Marinho de Azevedo. A partir da documentação do hospital da Santa Casa, podemos observar o crescimento do número de mulheres estrangeiras e a diversificação das nacionalidades ao longo dos anos, como exposto na tabela abaixo. No entanto, 60% das mulheres da cidade eram negras no ano de 1872, de acordo com os dados do recenseamento<sup>132</sup>.

	Italianas	Alemãs	Francesas	Portuguesas	Belgas	Inglesas	Espanholas	Total
1876	-	-	-	-	-	-	-	-
1877	3	1	-	-	-	-	-	4
1878	2	-	2	1	-	-	-	5
1879	1	-	-	-	1	1	-	3
1880	2	2	-	2	-	-	-	6
1881	2	1	1	1	1	-	1	7
1882	-	1	-	-	-	-	-	1

Tabela 1 - estrangeiras européias enfermas que deram entrada no Hospital de Misericórdia da Santa Casa de Campinas. Fonte: Registro de Matrícula dos Enfermos do Hospital de Misericórdia da Santa Casa de Campinas

<sup>130</sup> MATRÍCULAS de Enfermos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Arquivo do Centro de Memória UNICAMP, 1876–1882. Livro 1.

<sup>131</sup> Idem.

<sup>132</sup> BASSANEZI, M. S. C. B. (Org.) *São Paulo do passado*: dados demográficos. p. 83.

Quando cruzamos as informações sobre a cor da pele e a condição social podemos dizer que as enfermas descritas como negras e não escravizadas representam 7% do total de 232 de mulheres que não estavam sob a responsabilidade de um senhor<sup>133</sup>. As brancas representam, 14% do grupo livres. Os registros referentes a 89% das mulheres restantes (correspondentes ao grupo daquelas que não estavam na condição de escravizadas) impossibilitam a identificação da cor da pele. Abaixo, detalho as informações sobre a cor e as ocupações dessas trabalhadoras.

## 2.5. Profissões, ocupações e as cores do trabalho

O levantamento das informações sobre as mulheres enfermas revelou um número expressivo de profissões a partir das quais as residentes da região atuavam no mercado de trabalho e, assim, ganhavam a vida. Ao analisar a documentação, pude notar que as mulheres livres e pobres se ocupavam das seguintes atividades: *camarada, cozinheira, ajudante de cozinha, trabalhadora, costureira, criada, doceira, engomadeira, lavadeira, mascate, serviço de casa, serviço doméstico, serviço da roça, serviços*.

Dessas profissões que aparecem no registro, constam no censo de 1872, apenas, as ocupações: *serviço doméstico, criada, comerciante (mascate), e costureira*. Penso que as atividades de cozinhar, lavar e engomar podem ter sido consideradas dentro do conjunto de funções do trabalho doméstico. No que se refere ao trabalho rural, a única menção existente no recenseamento diz respeito às funções de criadoras e lavradoras<sup>134</sup>.

São três as profissões mais recorrentes no registro de matrícula dos enfermos da Santa Casa de Misericórdia: *serviços de casa, lavadeiras e trabalhadora*.

A atividade que mais aparece é a descrita como *serviços de casa*, ocupação que aglutinava 42% das mulheres<sup>135</sup>. Infelizmente, a fonte não permite fazer análises acerca das tarefas que compunham o conjunto de funções e que possam distinguir os *serviços de casa* e dos *serviços domésticos*. Assim como, também, a documentação não revela informações suficientes que nos permitam saber se a diferença entre essas duas atividades diz respeito às

---

<sup>133</sup> Assim como o censo de 1872, a fonte apresenta poucas informações sobre a população liberta. São poucos indivíduos que aparecem na documentação e destinarei um tópico para apresentar as principais características do conjunto. Desconfio que o Registro de Matrícula de Enfermos do Hospital de Misericórdia da Santa Casa não represente a população real de libertos na região, o que exige que ele seja cruzado com outras fontes, no futuro, para que possa alcançar mais conclusões. Segundo Robert Slenes, Campinas abrigou a maior população de escravizados de todos os municípios paulistas. O que aconteceu com a população que se alforriou? Essa fonte não nos apresenta muitas pistas. SLENES, Robert. *Na Senzala uma flor: recordações na formação da família escrava.*, p. 79.

<sup>134</sup> BASSANEZI, M. S. C. B. (Org.) *São Paulo do passado: dados demográficos*. p. 472

<sup>135</sup> MATRÍCULAS de Enfermos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Arquivo do Centro de Memória UNICAMP, 1876–1882.

tarefas realizadas nas residências de terceiros mediante pagamento ou ao trabalho do lar. Contudo, considero as ambas ocupações descritas como atividade de trabalho e acredito que os dados que serão apresentados abaixo sobre a composição racial das mulheres alocadas nessas ocupações pode nos permitir imaginar algumas possibilidades dessa atuação.

As *lavadeiras* também se destacam no conjunto dessas profissões. 14% das doentes registradas exerciam a ocupação<sup>136</sup>. Essas mulheres eram aquelas que faziam o trabalho de casa na área externa ao lar e tinham ampla circulação nas cidades do Império. O trabalho realizado por elas era visto como algo distinto das demais atividades domésticas pelo fato de acontecer na rua: espaço da devassidão e da imoralidade<sup>137</sup>. A alta taxa dessas trabalhadoras nos registros do hospital nos permitem concluir que essa ocupação era disseminada na região de Campinas também, assim como em outras cidades.

As mulheres descritas como “trabalhadoras” compõem o terceiro grupo mais recorrente nos documentos. Elas representam 13% das enfermas. Ainda não possui informações suficientes para listar quais as atribuições que caracterizam essa atividade profissional<sup>138</sup>. No entanto, em um período em que a vadiagem era um crime, o fato de mulheres pobres serem registradas como trabalhadoras nos informa que, pelo menos, elas buscavam atrelar às suas imagens aspectos como dignidade, integridade, entre outros que, para a elite estavam implícitos na razão do labor.

Na tabela abaixo, é possível observar a distribuição dessas trabalhadoras nas demais profissões encontradas.

Profissões	Número de mulheres	%
<b>Camarada</b>	1	0.5
<b>Cozinheira e Ajudante de cozinha</b>	12	5%
<b>Trabalhadora</b>	<b>13</b>	<b>6%</b>
<b>Costureira</b>	9	4%
<b>Criada</b>	2	0.9
<b>Doceira</b>	2	0.9
<b>Engomadeira</b>	8	3%

<sup>136</sup> Idem.

<sup>137</sup> TELLES, Lorena Féres da Silva. *Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880 - 1920)*. p. 303.

<sup>138</sup> MATRÍCULAS de Enfermos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Arquivo do Centro de Memória UNICAMP, 1876–1882. Livro 1.

<b>Lavadeira</b>	<b>33</b>	<b>14%</b>
Mascate	1	0.5
<b>Serviço de casa</b>	<b>97</b>	<b>42%</b>
Serviço de roça	2	0.9
Serviços	6	2.5
Serviços domésticos	11	4.8
Nenhuma profissão	9	4
Menor	1	0.5
Não consta na documentação	19	8%
Não identificada <sup>139</sup>	6	2.5

Tabela 1 – Incidência das profissões entre as mulheres não escravizadas nos registros da Santa Casa de Misericórdia de Campinas (1876-1882). Fonte: Registro de Matrícula dos Enfermos do Hospital de Misericórdia da Santa Casa de Campinas. Arquivo do Centro de Memória UNICAMP.

Ainda que a fonte não registre a cor das enfermas (os) que ingressaram no hospital ao longo de todo o livro, é possível perceber certos padrões raciais para algumas ocupações. Os casos que mais chamam a atenção nesse sentido são os da composição racial das profissões: *lavadeira*, *serviço domésticos* e *serviços de casa*, como é possível identificar na tabela a seguir:

Profissões	Mulata	Fula	Parda	Preta	De cor	Branca	Não identificada	Número de mulheres por profissão
Camarada	---	---	---	---	---	---	1 - 100%	1
Cozinheira e Ajudante de cozinha	1 - 8%	---	---	---	---	2 - 16%	9 - 76%	12
Trabalhadora	---	---	---	1 - 7%	---	5 - 33%	7 - 60%	13
Costureira	---	---	---	---	---	1 - 11%	8 - 89%	9
Criada	---	---	---	---	---	---	2 - 100%	2
Doceira	---	---	---	---	---	---	2 - 100%	2
Engomadeira	---	---	---	---	---	1 - 12,5%	7 - 87,5%	8
<b>Lavadeira</b>	<b>4 - 12%</b>	---	---	---	---	<b>2 - 6%</b>	<b>27 - 82%</b>	<b>33</b>

<sup>139</sup> As mulheres que no campo *profissão* foram indicadas como portadoras de deficiências físicas foram inseridas nesta categoria.

Mascate	---	---	---	---	---	1 - 100%	---	1
Serviço de casa	---	---	---	---	---	13 - 14%	84 - 86%	97
Serviço de roça	---	---	---	---	---	---	2 - 100%	2
Serviços	---	1 - 16.5%	---	---	---	1 - 16.5%	4 - 67%	6
Serviços domésticos	---	2 - 18%	4 - 36%	---	---	4 - 36%	1 - 10%	11
Nenhuma profissão	---	---	---	---	---	---	9 - 100%	9
Menor	---	---	1 - 100%	---	---	---	---	1
Não consta na documentação	---	---	---	2 - 8.5%	---	2 - 8.5%	15 - 83%	19
Não identificada	---	---	---	---	---	1 - 17%	5 - 83%	6

Tabela 2 - Profissões e cor de mulheres não escravizadas nos registros da Santa Casa de Misericórdia de Campinas (1876-1882). Fonte: Registro de Matrícula dos Enfermos do Hospital de Misericórdia da Santa Casa de Campinas

Enquanto 6% das lavadeiras são brancas, 12% desse contingente é mencionado como negro. Os dados para o ano de 1877 reforçam essa tendência. Das seis lavadeiras registradas, quatro são negras e, apenas, duas são brancas. De acordo com Graham, essas trabalhadoras passaram a serem vistas como as principais portadoras de doenças contagiosas a partir da segunda metade do século XIX<sup>140</sup>. Localizei as enfermidades que acometeram cinco das seis lavadeiras que pude identificar a cor. Quatro delas estão ligadas a problemas pulmonares e uterinos. Apenas duas dizem respeito às doenças sexualmente transmissíveis<sup>141</sup>. Desse modo, as informações disponíveis na documentação nos leva a perceber o teor racistas e sexistas dos discursos hegemônicos correntes naquele período.

De acordo com Cowling, as mulheres negras eram vistas como as principais disseminadoras das ameaças físicas e morais no contexto das emancipações<sup>142</sup>. E, em um ambiente, no qual elas representavam um contingente importante no ramo da lavagem de roupas, pode-se dizer que o ofício passou a ser associado a esse tipo de ideia devido a preponderância delas. Sendo assim, podemos afirmar que a perseguição em relação a essas trabalhadoras está relacionadas ao avanço do processo de racialização e às transformações das

<sup>140</sup> GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro. 1860- 1910*. p. 136

<sup>141</sup> MATRÍCULAS de Enfermos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Arquivo do Centro de Memória UNICAMP, 1876–1882. Livro 2 - registro de doenças.

<sup>142</sup> COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravatura nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. p. 368.

hierarquias sociais no contexto de derrocada da escravidão.

As mulheres fulas e pardas também aparecem como a maioria nos *serviços domésticos*, representando 54% do total de trabalhadoras<sup>143</sup>. Como aponta Souza, as trabalhadoras de cor tiveram uma participação marcante nessa atividade<sup>144</sup>. Contudo, é possível notar diferenças no padrão racial quando observamos os dados referentes à categoria *serviços de casa*, atividade que também representa a execução de tarefas do lar. Não foi possível identificar a cor da maioria dessas profissionais. Contudo, todos os registros que revelam informações sobre a cor das trabalhadoras dessa área se referem a mulheres brancas e contabilizam 14%<sup>145</sup>.

De acordo com os estudos realizados por Graham, as famílias baseavam as preferências para a contratação de criadas a partir de quesitos como condição social e cor da pele. Consequentemente, as criadas negras eram preteridas em relação às brancas. Observando a documentação à luz dessa informação, suponho que podem existir algumas diferenças entre as funções *serviço doméstico* e *serviço de casa*, mesmo que desconhecidas. De acordo com os costumes da época, a dona de casa - senhora branca e esposa - deveria ser a responsável pelos cuidados do lar. Além de tomar conta das empregadas, elas executavam algumas tarefas domésticas, como o preparo das sobremesas, saladas, atividades de costura e bordado<sup>146</sup>. Sendo assim, a alta concentração de mulheres na categoria *serviços de casa* me induz a pensar que essa atividade pode se tratar de um tipo de trabalho desse âmbito.

Vale ressaltar que nenhuma mulher branca foi registrada nas profissões que dizem respeito ao trabalho rural, como *camarada*, *serviço de roça*. Assim como nenhuma delas foi classificada como *doceiras*, por mais que apareçam listadas nas ocupações relacionadas com a cozinha.

A única comerciante localizada foi uma mulher branca, descrita como *mascate*. Em um estudo realizado sobre a cidade de Campinas na primeira metade do século XIX, Fraccaro identificou um número significativo de mulheres de cor nas atividades ligadas ao comércio. E, de acordo com a sua interpretação, a partir de 1850, a presença delas no setor diminuiu devido ao acirramento da elitização do espaço urbano que privilegiou estabelecimentos mais

---

<sup>143</sup> MATRÍCULAS de Enfermos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Arquivo do Centro de Memória UNICAMP, 1876–1882. Livro 1.

<sup>144</sup> SOUZA, Flávia Fernandes de. *Escravas do lar: as mulheres negras e o trabalho doméstico na corte imperial*. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio. *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 244 - 260. p. 244

<sup>145</sup> MATRÍCULAS de Enfermos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Arquivo do Centro de Memória UNICAMP, 1876–1882. Livro 1.

<sup>146</sup> GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro. 1860- 1910*. p. 35 e 108

refinados como lojas, armazéns e boutiques<sup>147</sup>. O dado encontrado, além de confirmar o argumento da historiadora, nos ajuda a compreender o fato de não encontrarmos nenhuma mulher negra ocupada nesse ofício.

As trabalhadoras de cor também são escassas em outros ofícios localizados. Foram listadas, apenas, uma mulher negra em cada uma das seguintes ocupações: *cozinheira/ajudante de cozinha, serviços e trabalhadora*.

De forma geral, os indícios apresentados revelam tendências raciais na distribuição de mulheres entre as ocupações. A análise preliminar do registro de matrícula dos enfermos da Santa Casa revela a existência de um número considerável de mulheres brancas atuantes no trabalho ligado às tarefas domésticas. O que nos faz refletir sobre quais seriam os elementos que permitiram a naturalização desse tipo de trabalho como uma profissão atrelada, apenas, às experiências de mulheres negras. A presença de mulheres brancas nesse ramo também nos faz pensar sobre o que teria levado à sobre-representação das mulheres de cor nessas profissões. Haja vista que ao longo dos últimos anos do século XIX as mulheres brancas passaram a ter certo tipo de preferência para atividades relacionadas aos cuidados mais íntimos e ligados ao corpo.

A análise da documentação também não deixa dúvidas sobre a presença notável de mulheres negras no ofício de lavadeira. Elemento importante para compreender a estigmatização do ofício no século XIX e também o avanço de um processo de racialização que passaria a organizar a sociedade a partir da falência dos sistemas de distinção social baseados no escravismo.

## **2.6. As libertas na fonte**

Dentre o total de 1.824 pacientes que deram entrada no hospital, apenas duas se declaram como libertas na enfermaria, o que representa 0,1% dos doentes. Elas (as) são africanas, e oriundas do Congo. De acordo com a documentação, são solteiras. A profissão e a cor da pele não aparecem para nenhuma das duas. Ambas têm noventa anos e residiam em Campinas. O fato das informações referentes a essas duas libertas serem similares, pode ser uma coincidência, uma reincidência da mesma pessoa na enfermaria ou um erro do recepcionista do hospital<sup>148</sup>. É possível, até que essas mulheres se conhecessem, pois, se

---

<sup>147</sup> FRACCARO, Laura C. *Vidas em liberdade: pequenos agricultores e comerciantes em Campinas (1800-1850)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, 2012. p. 75.

<sup>148</sup> MATRÍCULAS de Enfermos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Arquivo do Centro de Memória UNICAMP, 1876–1882. Livro 1.

tinham noventa anos em 1881, provavelmente, chegaram ao sudeste do Brasil ainda na primeira metade do século, momento de maior intensidade do tráfico para a região.

As poucas informações encontradas sobre essas africanas correspondem ao que tem sido apontado por Peter Eisenberg<sup>149</sup> para região de Campinas e, de maneira mais minuciosa, por Sheila de Castro Farias<sup>150</sup> em estudos mais recentes para as regiões do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. De acordo com a historiadora, as africanas se alforriaram em número, radicalmente, maior do que os homens escravizados. Por mais que as crioulas acessassem a liberdade mais facilmente, em termos gerais. Ao analisar a documentação, não encontrei nenhum africano liberto. Certamente, alguns dos africanos descritos como *pobres* e sobre os quais eu não tenho informações precisas acerca da condição social, podem ser pessoas libertas, haja vista o número de escravos na região a partir da década de 1850. A seguir, são esmiuçados alguns dados sobre essa população:

	Escravizados (as)	Libertos (as)	Livres	Pobres (condição social não especificada)	Não identificado/não consta	Total
Mulheres	8	2	0	8	0	18
Homens	50	0	0	34	2	56

Tabela 3 - População africana enferma por gênero e condição social. Fonte: Registro de Matrícula dos Enfermos do Hospital de Misericórdia da Santa Casa de Campinas.

Somando 104 enfermos, os homens e mulheres africanos correspondiam a 6% dos doentes. De forma que, as mulheres eram a minoria entre eles, como está exposto no próximo quadro.

Mesmo que não tenhamos conhecimento das ocupações das libertas diretamente mencionadas como tal, certamente, elas exerciam atividades no mercado de trabalho livre. Pois, a análise da documentação revela que a maioria das africanas não eram escravizadas e possuíam ocupações, como é possível perceber nas tabelas a seguir:

<sup>149</sup> EISENBERG, Peter. (1989). *Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX*. In: Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – século XVIII e XIX.

<sup>150</sup> Tese apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense para o concurso de professora titular em História do Brasil. FARIAS, Sheila Siqueira de Castro. *Sinhás Pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rei*.

Profissões	Número de mulheres
Serviço de casa	3
Não consta <sup>151</sup>	4
Não identificada	1
Trabalhadora	1
Nenhuma profissão	1

Tabela 4 - Profissões de mulheres africanas não escravizadas de condição social não especificada. Fonte: Registro de Matrícula dos Enfermos do Hospital de Misericórdia da Santa Casa de Campinas.

Não há dúvidas que existem limitações de informações sobre a população liberta no registro de matrícula dos enfermos da Santa Casa de Campinas. Ainda assim, é possível conhecer um pouco do perfil das trabalhadoras descritas como pobres e que não estavam sob a responsabilidade legal de nenhum senhor ou senhora. O fato de a maior parte das africanas nessa condição estar localizada na ocupação de serviço *de casa* sugere que podem se tratar de mulheres que se emanciparam por meio da lei ventre livre ou pela compra da alforria, mas continuaram trabalhando para as famílias que as escravizaram ou submeteram os ancestrais delas ao trabalho forçado. O que remete às questões apresentadas por Souza nas pesquisas que realizou sobre as criadas e trabalhadoras domésticas no Rio de Janeiro. Ela aponta preponderância de mulheres libertas no setor a partir do ano de 1872<sup>152</sup>.

Cruzamentos com outros registros dos hospitais podem nos dar mais elementos para contar um pouco mais das histórias dessas mulheres esquecidas pela História. Tentativa que exercito na próxima sessão.

## **2.7 Mulheres com história: Notas biográficas sobre a vida de trabalhadoras negras**

Com o objetivo de exemplificar as maneiras que as informações do livro de Matrícula dos Enfermos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia podem ser mobilizadas, apresento as histórias de quatro mulheres comuns que viveram na região do Oeste Paulista entre 1876 e

<sup>151</sup> A profissão das libertas não consta na documentação, então elas foram inseridas nessa classificação.

<sup>152</sup> SOUZA, Flávia Fernandes de. *Escravas do lar: as mulheres negras e o trabalho doméstico na corte imperial*. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio. *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 244 - 260. p. 249.

1881. Essas narrativas foram construídas a partir dos dados disponíveis no primeiro e no segundo livro de registro da matrícula dos enfermos. No livro um, estão anotados os dados gerais das pacientes como a condição social, a naturalidade, nacionalidade, residência, data de entrada e de saída da casa de saúde, entre outros. No livro dois, as informações dizem respeito à natureza das doenças, cor da pele, etc. A partir do cruzamento desses dados pode-se apresentar algum momento da trajetória dessas trabalhadoras.

### 1. *A mulata Maria das Dores*

Campinas, dia dois de dezembro de 1876. Fazia calor na cidade recém formada, pois o verão já tinha chegado. A escravidão estava prestes a acabar, mas ninguém sabia quando isso iria acontecer. A produção do café ia de vento em popa nas roças. No espaço urbano, as ruas viviam cheias e essa imagem atormentava as autoridades locais que tinham como um dos objetivos principais do seu trabalho o controle da multidão<sup>153</sup>. Visto que, 56% da população dessa região já era livre e a emancipação dos escravizados caminhava em passos mais rápidos do que as elites gostariam<sup>154</sup>.

Nessa época, já existia trânsito considerável na cidade<sup>155</sup>. A depender do horário, Maria das Dores pode ter demorado para chegar até a região central de Campinas. Ela era natural dali, então devia conhecer bem o lugar. Em algum momento do dia, sentiu uma dor. Por misericórdia, teve que se deslocar ou foi deslocada até o Hospital da Santa Casa. Seria a última vez que ela veria o seu lar e o seu local de trabalho.

Ela era jovem! Tinha apenas vinte anos quando a tuberculose atacou os seus pulmões<sup>156</sup>. Ao cadastrar a entrada dela no livro de registro, o recepcionista do hospital escreveu: “pobre”. Isso quer dizer que ela não tinha muitas opções em uma sociedade baseada na exploração do trabalho dos negros. Ainda mais sendo uma mulher de cor, mulata. Trabalhar não era uma opção. Sendo assim, ela se ocupava da função de cozinheira para ganhar a vida. Se era na casa de um patrão ou produzindo alimentos para vender, ainda não se sabe. Para inferir mais informações sobre isso, é necessário mais pesquisas nos arquivos.

Ela ficou cinquenta e quatro dias na enfermaria da casa de saúde e faleceu no dia 25 de janeiro de 1877. Seriam as condições do seu trabalho um dos motivos de agravamento da

---

<sup>153</sup> LAPA, Amaral. *A cidade: os cantos e os antros - Campinas, 1850 - 1900*. São Paulo: Editora da USP; Campinas: Editora da Unicamp. p. 27.

<sup>154</sup> BASSANEZI, M. S. C. B. (Org.) *São Paulo do passado: dados demográficos*. p. 90.

<sup>155</sup> LAPA, Amaral. *A cidade: os cantos e os antros - Campinas, 1850 - 1900*. p. 41.

<sup>156</sup> MATRÍCULAS de Enfermos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Arquivo do Centro de Memória UNICAMP, 1876–1882. Livro 2 - registro de doenças.

doença? Ainda não é possível dizer. Por hora, sabe-se, apenas que ela deixou saudades na família, amigas, amigos que sentiram a perda precoce, pois não tinha marido.

## 2. *Aninha Maria de Góes, a lavadeira*

A preta Aninha Maria de Góes também morava em Campinas<sup>157</sup>. Deu entrada no hospital no dia 14 de fevereiro de 1877, vinte dias depois da última de dor de Maria. Ela também era natural da cidade, então, é bem provável que ela tenha encontrado a cozinheira alguma vez pelas travessas e avenidas. No século XIX, as ruas não eram vistas como um lugar apropriado para as mulheres. No entanto, o trabalho exercido fora dos domicílios era relegado às mulheres mais velhas<sup>158</sup>. Aos quarenta anos, Aninha trabalhava como lavadeira. A rua era um espaço comum para outras mulheres negras.

Assim como constou para o registro de Maria das Dores, nenhum senhor ou senhora de engenho respondia por ela no momento em que entrou no hospital. O que nos leva a supor que elas eram livres ou libertas. Contudo, como a condição social não está especificada na fonte, ainda não se pode inferir muitas afirmações nesse sentido. A não ser pelo fato de ela também ser uma mulher pobre. Nesse caso, o que podemos dizer é que Aninha Maria de Góes não estava na condição de escravizada quando foi internada por delírio histérico<sup>159</sup>.

No dia 2 de fevereiro do mesmo ano, ela fugiu do hospital. Os motivos são desconhecidos. Será que a saída inesperada das dependências daquela enfermaria seria o caminho para escapar da loucura?

## 3. *Gertrudes, uma trabalhadora livre*<sup>160</sup>

---

<sup>157</sup> Idem.

<sup>158</sup> GRAHAM, Sandra Lauderdade. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860- 1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 45.

<sup>159</sup> Pesquisas de outras áreas que têm focado o estudo dos índices de mortalidade dos enfermos que deram entrada no hospital da Santa Casa tem apontado para o fato das pessoas registradas como pobres serem livres. A luz das informações disponíveis na bibliografia especializada em História que tem abordado os aspectos sociais e políticos da região, eu tenho certa dificuldade de considerar todos os homens e mulheres pobres como livres, pois os libertos era uma população considerável na região, contudo, esse contingente não aparece muito na documentação. Para um quadro mais próximo da realidade de Campinas nesse período, é necessário o cruzamento das informações disponíveis nessa fonte com registros históricos de outra natureza. ALBINO, Matheus Alves. *Escravos e livres pobres da Santa Casa de Misericórdia de Campinas (1876-1882)*. Monografia. Universidade São Paulo, 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Matheus\\_Albino/publication/322094923\\_Escravos\\_e\\_livres\\_pobres\\_da\\_Santa\\_Casa\\_de\\_Misericordia\\_de\\_Campinas\\_1876-1882/links/5a4b84e9aca272d29465505f/Escravos-e-livres-pobres-da-Santa-Casa-de-Misericordia-de-Campinas-1876-1882.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Matheus_Albino/publication/322094923_Escravos_e_livres_pobres_da_Santa_Casa_de_Misericordia_de_Campinas_1876-1882/links/5a4b84e9aca272d29465505f/Escravos-e-livres-pobres-da-Santa-Casa-de-Misericordia-de-Campinas-1876-1882.pdf).

<sup>160</sup> Gertrudes foi descrita como uma mulher livre no registro de matrícula dos enfermos da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. MATRÍCULAS de Enfermos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Arquivo do Centro de Memória UNICAMP, 1876–1882. Livro 2 - registro de doenças.

Entre os livres de Campinas, as mulheres correspondiam a 45,5% dessa população<sup>161</sup>. É o caso de Gertrudes, uma trabalhadora de 30 anos nascida e residente na região<sup>162</sup>. Ela era solteira. A parda se dedicava aos serviços de casa. Ainda não temos muitos detalhes sobre o exercício dessa função. No entanto, os registros não deixam dúvidas de que o trabalho era o seu principal meio de ganhar a vida, pois Gertrudes era uma mulher pobre. Na ficha que registrou a sua entrada no hospital foi descrita como uma trabalhadora<sup>163</sup>.

No dia treze de outubro de 1877, uma dor no abdômen a levou para o hospital. Ela foi diagnosticada com ascite. Isso significa que o desconforto na barriga era resultado de uma outra doença sobre a qual não sabemos muita coisa. Ela podia estar ruim dos pulmões, do coração ou do fígado<sup>164</sup>. Apesar da natureza da moléstia, foi curada. No dia vinte e sete do mesmo mês, Gertrudes teve alta do hospital. Voltou para a sua casa e seguiu a rotina de uma trabalhadora negra e livre na cidade de Campinas durante a segunda metade do século XIX. Universo sobre o qual teremos mais informações em um futuro próximo.

#### 4. *Joaquina: uma mulher liberta*<sup>165</sup>

Aos noventa anos, Joaquina já devia ter trabalhado com muitas coisas na vida. Foram numerosas as estratégias mobilizadas pelas mulheres escravizadas para acumular o pecúlio e comprar as cartas de liberdade. A profissão que ela exercia não foi registrada na documentação. Contudo, sabemos que ela pode ter trabalhado nas roças de café ou de cana de qualquer lavoura do Brasil, pois o tráfico interno ainda era intenso no período<sup>166</sup>. Ela poderia ter sido uma trabalhadora doméstica e até escrava de ganho. A africana morava em Campinas, mas era natural do Congo. O tráfico atlântico foi o motivo pelo qual ela chegou até a costa brasileira. Independente de qual tenham sido as ocupações que exerceu ao longo da vida, a sua persistência é nítida pelo tempo que permaneceu entre os vivos. As condições de trabalho para uma mulher negra no século XIX não eram nada boas.

---

<sup>161</sup> BASSANEZI, M. S. C. B. (Org.) *São Paulo do passado*: dados demográficos. p. 90.

<sup>162</sup> MATRÍCULAS de Enfermos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Arquivo do Centro de Memória UNICAMP, 1876–1882. Livro 2 - registro de doenças.

<sup>163</sup> MATRÍCULAS de Enfermos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Arquivo do Centro de Memória UNICAMP, 1876–1882. Livro 1.

<sup>164</sup> As informações sobre os sintomas dessa doença foram retirada do site: <https://www.tuasaude.com/o-que-e-ascite/#:~:text=A%20ascite%20ou%20%22barriga%20d,mais%20comum%20a%20cirrose%20hep%C3%A1tica>.

<sup>165</sup> Joaquina foi descrita como uma mulher liberta do livro de entrada da enfermaria do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. MATRÍCULAS de Enfermos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Arquivo do Centro de Memória UNICAMP, 1876–1882. Livro 1.

<sup>166</sup> CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão*: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. p. 35.

No primeiro dia do mês de fevereiro de 1881, ela deu entrada no hospital da Santa Casa de Misericórdia. O verão devia estar sendo difícil para Joaquina, pois a liberta sofria supressão de transpiração<sup>167</sup>. Não há registro sobre a sua saída da casa de saúde ou sobre sua morte.

---

<sup>167</sup> MATRÍCULAS de Enfermos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Arquivo do Centro de Memória UNICAMP, 1876–1882. Livro 2 - registro de doenças.

## Conclusões e questões para um futuro próximo

A década de 1980 foi um marco para a historiografia brasileira. A partir do estudo de uma documentação ainda pouco explorada pelas ciências humanas, historiadoras e historiadores mudaram as maneiras e as possibilidades de narrar a história da população africana e dos seus descendentes no Brasil. Momento propício para crescimento do campo que tem focado a História das mulheres e, a partir de novas perspectivas teóricas e metodológicas, também provocou impactos necessários. Ao longo do processo de aprofundamento dos estudos sobre a escravidão, a experiência da mulher negra no passado também passou a ser uma questão mais presente na agenda dos estudos históricos.

Por mais que ambos os campos tenham avançado, ainda são poucos os estudos que têm como o principal foco a compreensão e identificação acerca das dimensões da presença negra nos mundos do trabalho. De forma que, os aspectos da vida dos trabalhadores de cor ainda foram pouco explorados, em especial, aqueles que dizem respeito ao cotidiano de mulheres negras.

Nos últimos anos, foram realizadas algumas pesquisas importantes sobre o estudo passado da trabalhadora negra no mercado de trabalho. Contudo, a maioria dessas análises priorizou as investigações relacionadas ao passado da mulher negra no trabalho doméstico. De forma que a presença dessa população em outras esferas dos mundos do trabalho permanece nebulosa. E, a realidade de uma população expressiva de pessoas livres, libertas e de cor acabou ficando sob as sombras<sup>168</sup>.

Essas análises também acabaram contribuindo para a formação de um imaginário referente ao passado da trabalhadora negra como algo circunscrito à escravidão, reforçando estereótipos de raça, classe e gênero. Questões que estão sendo observadas por intelectuais negras desde, pelo menos, a década de 1970 e não foram incorporadas pela historiografia. Como, por exemplo, o fato dessa abordagem relacionar-se à criação de definições acerca da imagem da mulher negra na sociedade.

Cabe reconhecer que os esforços empreendidos por essa historiografia representaram um movimento importante na produção do conhecimento sobre as desigualdades no Brasil. Em período em que se fazia História das Mulheres a partir de fragmentos documentais e pelas

---

<sup>168</sup> CHALHOUB, Sidney. *Prefácio*. In: PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. p.19.

entrelinhas das fontes<sup>169</sup>, o acúmulo de estudos dessa natureza resultou em mudança de paradigma.

Essas historiadoras e historiadores abriram caminho para que novas perspectivas de análises pudessem ser postas em prática. O estudo de fontes pouco recorrentes em pesquisas sobre trabalho e trabalhadoras sinalizam um recurso importante nesse sentido, pois, essa documentação apresenta novas possibilidades de abordagem do passado das mulheres. O livro de registro da Matrícula de Enfermos da Santa Casa é um bom exemplo nesse sentido.

Se aplicadas de maneira coerente com as questões que definem o campo da História Social, as pesquisas quantitativas podem permitir a compreensão das estruturas de opressão enfrentadas pelas mulheres negras no universo do trabalho. O cruzamento de dados com outros tipos de documentação pode possibilitar a reconstrução das trajetórias de mulheres pobres e de pele escura<sup>170</sup>. Além do aprofundamento das análises sobre o impacto e os aspectos do processo de racialização que moldaram as relações de trabalho no Brasil.

Que a ampliação dos nossos olhares e horizontes permita a construção de uma História das mulheres negras.

---

<sup>169</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Mulheres sem história. Revista Brasileira de História, nº 114. Jan/Jun. 1993. p. 31-45. p. 32.

<sup>170</sup> SLENES, Robert W. *Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora?* p. 176.

### **Sites consultados**

CMU - Centro de Memória Unicamp: <https://www.cmu.unicamp.br/>

Irmandade de Misericórdia de Campinas - IMC: <http://santacasacampinas.com.br/>

Brasileira Fotográfica - <http://brasilianafotografica.bn.br/>

Arquivo

Nacional:

<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/357-junta-de-higiene-publica>

### **Fontes**

MATRÍCULAS de Enfermos do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas.

Arquivo do Centro de Memória da UNICAMP, 1876–1882.

## Referências bibliográficas

- ABREU, Martha. *Meninas Perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*, Paz e Terra, 1989.
- ALBINO, Matheus Alves. *Escravos e livres pobres da Santa Casa de Misericórdia de Campinas (1876-1882)*. Monografia. Universidade São Paulo, 2017.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *O Jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – Século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.
- BAIROS, Luiza. *Nossos feminismos revisitados*. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 458-463, 2. sem. 1995.
- COLLINS, Patrícia Hill. Nós que lutamos pela liberdade não podemos descansar: lições do feminismo negro norte-americano. In: PINTO, Ana Flávia Magalhães; DECHEN, Chaia; FERNANDES, Jaqueline. *Griôs da diáspora negra*. Brasília: Griô 2017. p. 113 - 133.
- COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravatura nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- \_\_\_\_\_; TEIXEIRA, Fernando. *Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980*. *Cadernos AEL*, vol. 14, nº26, 2009. p. 11-50.
- DAMASCENO, Karina T. *Mal ou bem procedidas: cotidiano de transgressão das regras sociais e jurídicas em Feira de Santana, 1890-1920*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, 2011.
- DAMASCENO, Karina T. *Para serem donas de si: mulheres negras lutando em família (Feira de Santana, Bahia, 1871-1888)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia, 2019.

- DIAS, M. O. da S. *Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças*. Revista de Estudos Feministas, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/ UFRJ, v. 2, n. 2, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Mulheres sem história*. Revista Brasileira de História, nº114. Jan/Jun. 1993. p. 31-45.
- EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – século XVIII e XIX*. - São Paulo: Editora da Unicamp, 1989.
- FARIAS, Sheila Siqueira de Castro. *Sinhás Pretas, damas mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rei*. Tese (Concurso para professora titular em História). Universidade Federal Fluminense, 2004.
- FERREIRA FURTADO, Júnia. *Mulheres escravas e forras na mineração no Brasil, século XVIII*. Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores, v. 1, p. 1-49, 2020.
- FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória*. Cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro, José Olympio/Edunb,1993.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FRACCARO, Laura C. *Vidas em liberdade: pequenos agricultores e comerciantes em Campinas (1800-1850)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, 2012.
- GONÇALVES, Najara. *Luiza Mahin entre a ficção e a História*. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens). Universidade do Estado da Bahia, 2010.
- GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro. 1860- 1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GONZALES, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana*: Editora Filhos da África, 2018.
- HÉBRARD, Jean M. *Slavery in Brasil: Brazilian scholars in the key interpretative debates*. In: *Translating the Americas*, v. 1, 2013. p. 47 - 95.
- hooks, bell. *E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e o feminismo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
- \_\_\_\_\_. *Intelectuais Negras*. Revista Estudos feministas. Nº2/95. vol.3. 1995.

- \_\_\_\_\_. *Feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
- \_\_\_\_\_. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019.
- KARASCH, Mary, C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Formas de transição da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. (Dissertação) Mestrado em História. Universidade Estadual de Campinas, 1986.
- LAPA, Amaral. *A cidade: os cantos e os antros - Campinas, 1850 - 1900*. São Paulo: Editora da USP; Campinas: Editora da Unicamp.
- LARA, Silvia. *Blowin' in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil*. In: Projeto História: Revista do programa de estudos pós graduados de história, nº12, 1995, p. 43-56.
- \_\_\_\_\_. *Campos de Violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro - 1750 - 1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Escravidão no Brasil: balanço historiográfico*. In: LPH – Revista de História 3, nº1, 1992, p.215 - 244.
- \_\_\_\_\_. *Uma grande diferença* (Apresentação – Dossiê: Por escravos e libertos). Revista Brasileira de História; v. 38; nº 79; São Paulo, 2018.
- MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História Social da escravidão*. In: Revista Brasileira de História, v. 8, nº 16, 1988. p. 143-160.
- MARQUESE, Rafael; SALES, Ricardo (Org.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Leis para “os que se irão buscar” - imigrantes e relações de trabalho no século XIX brasileiro*. História: Questões e Debates, Curitiba, jan/jun, 2012, p. 63 - 85, nº 56, Editora UFPR. p. 66.
- NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo: documentos para uma militância pan-africanista*. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: IPEAFRO, 2019.

- NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”*: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. Estudos Históricos, vol. 29, nº59, p. 607-626, 2016.
- NASCIMENTO, Beatriz. *A mulher negra no mercado de trabalho*. In: RATTTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza; São Paulo: Imprensa Oficial. p. 102 - 106.
- \_\_\_\_\_. *Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso*. In: RATTTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza; São Paulo: Imprensa Oficial. p. 102 - 106.
- NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. *Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho*. Tempo Social (USP. Impresso), v. 18, p. 217-240, 2006.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Anablume, 2009.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.
- POPINIGIS, Fabiane. “*Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras*”: experiências de trabalho e estratégias de vida em torno no primeiro mercado público de desterro – 1840-1890. Afro-Ásia, nº 46, 2012. p. 193-216.
- RARA, Preta. *Eu empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada*. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2019.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. 3º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- RIOS, Flávia Matheus. *Elite política negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, 2010.
- ROCHA, Leila Alves. *Caridade e poder: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas (1871-1889)*. Dissertação (Mestrado em Economia), Unicamp, 2005.
- SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. *Fogões, pratos e panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico – Salvador 1900, 1950*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. p. 11 e 13.

- SCOTT, Rebecca; HÉBRARD, Jean M. *Provas de liberdade: uma odisséia atlântica na era da emancipação*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, Eduardo; REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras 1989.
- SILVA, Maciel Henrique. *Nem mãe preta, nem negra fulô: histórias de trabalhadoras domésticas em Recife e Salvador*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- SLENES, Robert W. *Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora?* In: Revista Brasileira de História, v. 5, n° 10, 1985. p. 166-196.
- \_\_\_\_\_. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- SOUZA, Flávia Fernandes de. *Criados, escravos e empregados: serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, 2017.
- TELLES, Lorena Féres da Silva. *Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880 - 1920)*. São Paulo: Alameda, 2014.
- WISSENBACH, Maria C. C. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998
- XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e no pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012.